



# Contabilidade Pública e Tesouraria I

*Fabrcia Coelho de Freitas Zanetti*



Cuiabá - MT  
2015

Presidência da República Federativa do Brasil  
Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica

© Este caderno foi elaborado Pelo Instituto Federal de Minas Gerais – Ouro Preto/ MG, para a Rede e-Tec Brasil, do Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso.

**Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT**  
**Coordenação Institucional**  
Carlos Rinaldi

**Equipe de Elaboração**

**Coordenação de Produção de Material Didático Impresso**  
Pedro Roberto Piloni

**Designer Educacional**  
Rosenil G. dos Reis e Silva

**Designer Master**  
Neure Rejane Alves da Silva

**Diagramação**  
Tatiane Hirata

**Revisão de Língua Portuguesa**  
Lívia de Souza Lima Pulchério

**Revisão Final**  
Claudinet Antonio Coltri Junior

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Ouro Preto - MG**

**Coordenação Institucional**  
Reginato Fernandes dos Santos

**Coordenador do Curso**  
Marinalva Maria de Brito

**Diretor de Ensino**  
Valério Augusto Lopes Passos

**Projeto Gráfico**  
Rede e-Tec Brasil/UFMT



# Apresentação Rede e-Tec Brasil

Prezado(a) estudante,

Bem-vindo(a) à Rede e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional de ensino, que por sua vez constitui uma das ações do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513/2011, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira, propiciando caminho de acesso mais rápido ao emprego.

É neste âmbito que as ações da Rede e-Tec Brasil promovem a parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e as instâncias promotoras de ensino técnico como os institutos federais, as secretarias de educação dos estados, as universidades, as escolas e colégios tecnológicos e o Sistema S.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade e ao promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geograficamente ou economicamente, dos grandes centros.

A Rede e-Tec Brasil leva diversos cursos técnicos a todas as regiões do país, incentivando os estudantes a concluir o ensino médio e a realizar uma formação e atualização contínuas. Os cursos são ofertados pelas instituições de educação profissional e o atendimento ao estudante é realizado tanto nas sedes das instituições quanto em suas unidades remotas, os polos.

Os parceiros da Rede e-Tec Brasil acreditam em uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e da educação técnica - capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação  
Julho de 2015

Nosso contato  
**[etecbrasil@mec.gov.br](mailto:etecbrasil@mec.gov.br)**



# Indicação de Ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



**Atenção:** indica pontos de maior relevância no texto.



**Saiba mais:** oferece novas informações que enriquecem o assunto ou "curiosidades" e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



**Glossário:** indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



**Mídias integradas:** remete o tema para outras fontes: livros, filmes, músicas, *sites*, programas de TV.



**Atividades de aprendizagem:** apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.



**Refleta:** momento de uma pausa na leitura para refletir/escrever sobre pontos importantes e/ou questionamentos.





## Palavra da Professora-autora

Caro estudante,

Primeiramente quero parabenizá-lo pela iniciativa de investir em sua carreira profissional através deste curso. Foi com satisfação que aceitei o convite para fazer parte desta equipe cujo objetivo é proporcionar o acesso a um ensino educacional de qualidade.

Sempre acreditei que a base para toda e qualquer mudança social é a educação, independentemente da forma como são ministradas as aulas, se em uma sala de aula convencional ou em um ambiente virtual. Confesso que a apreensão por fazer um trabalho inovador, diferente do método tradicional me afligiu no início, contudo o desafio de promover a troca intelectual foi maior e fez com que superasse os meus receios e pudesse compartilhar com você este material.

Espero que juntos possamos desenvolver um aprendizado, modificando comportamentos, transpondo obstáculos, tornando-nos indivíduos melhores a cada dia. Sabemos que não é fácil construir o conhecimento, porém, com esforço e dedicados momentos de estudo, você conseguirá bons resultados. Estou apostando em você!

Um grande abraço!

Fabrcia Zanetti





# Apresentação da Disciplina

Caro estudante,

A disciplina Contabilidade Pública e Tesouraria é muito interessante e bem ampla, pois é ela que registra e controla os atos e fatos do patrimônio público.

Para que o aprendizado possa ser mais eficiente, os trabalhos serão divididos em dois módulos. No módulo I, veremos a contabilidade e as entidades como um todo e, no módulo II, o conteúdo estará voltado especificamente para o setor público.

Primeiramente, iniciaremos nossos trabalhos pela história da contabilidade, a sua evolução no tempo até os dias atuais. Saberemos a quem interessa a contabilidade e traremos os conceitos básicos que poderão auxiliá-lo sempre que houver necessidade. Em seguida, apresentaremos noções de débito e crédito e a explanação sobre a aplicação das técnicas contábeis e da apuração dos resultados. Esses elementos e conceitos são requisitos básicos para que você possa compreender melhor os fatos que influenciam, modificam e provocam variações patrimoniais.

No capítulo 4, abordaremos, de maneira sucinta e objetiva, o sistema tributário nas três esferas públicas: federal, estadual e municipal.

Todas essas aulas serão acompanhadas de muitos exercícios que lhe proporcionarão, caro estudante, momentos de discussão e reflexão de todo o conteúdo, possibilitando-lhe melhor compreensão.

Para isso, é necessário que você se dedique ao máximo durante as aulas, lendo todo conteúdo e praticando os exercícios propostos. Você verá que, de alguma forma, a contabilidade faz parte da nossa vida diária e é uma grande auxiliar no processo decisório administrativo, seja ela particular ou pública.



# Sumário

<b>Aula 1. Noções preliminares da contabilidade</b> .....	<b>13</b>
1.1 Noções Preliminares.....	13
1.2 Importância da contabilidade no contexto social e econômico.....	14
1.3 Limitações do método contábil.....	16
1.4 Origem e evolução da contabilidade.....	17
<b>Aula 2. Conceitos fundamentais de contabilidade</b> .....	<b>25</b>
2.1 Bens x direitos x obrigações.....	26
2.2 Princípios fundamentais de contabilidade .....	33
<b>Aula 3. Noções de débito e crédito</b> .....	<b>41</b>
3.1 Débito.....	41
3.2 Crédito.....	42
3.3 Regras para o crédito e o débito das contas conforme sua natureza.....	42
3.4 Origens e aplicações dos recursos.....	43
3.5 Método das partidas dobradas .....	44
3.6 Balancetes de verificação.....	46
3.7 Contabilização básica .....	48
3.8 Provisões.....	50
3.9 Amortização e depreciação.....	52
<b>Aula 4. Demonstrações financeiras</b> .....	<b>59</b>
4.1 Balanço patrimonial.....	60
4.2 Demonstração do resultado do exercício.....	61
4.3 Demonstração do lucro ou prejuízo acumulado .....	66
4.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	67
4.5 Demonstração das origens e aplicações de recursos .....	67
4.6 Balanço social .....	67
4.7 Demonstração do valor adicionado .....	68
4.8 Notas explicativas.....	69



<b>Aula 5. Tributos e contribuições sociais</b> .....	<b>71</b>
5.1 Tributos municipais.....	73
5.2 Tributos estaduais.....	73
5.3 Tributos federais.....	74
5.4 Contribuições sociais.....	77
<b>Palavras Finais</b> .....	<b>79</b>
<b>Guia de Soluções</b> .....	<b>80</b>
<b>Referências</b> .....	<b>87</b>
<b>Currículo da Professora-autora</b> .....	<b>89</b>



# Aula 1. Noções preliminares da contabilidade

## Objetivos:

- definir a origem da contabilidade, sua importância e seu desenvolvimento ao longo da história; e
- identificar os conceitos básicos que estruturam a contabilidade como a ciência que acompanha as modificações patrimoniais.

Caro estudante,

Esta é a nossa primeira aula e, por isso, imagino que você esteja curioso para saber sobre os assuntos relacionados à área contábil. Mas, antes, vamos conhecer um pouco sobre os conceitos, a história e a evolução da contabilidade para que você possa ter uma visão mais ampla da disciplina e sua aplicação no contexto social e empresarial. Vamos lá, então!

## 1.1 Noções Preliminares

A contabilidade é uma ciência social aplicada e vários são os conceitos que podemos obter em uma breve consulta, tanto pelos livros especializados ou por *sites* sobre o tema. Vejamos alguns.

“Contabilidade é um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeiro dessa entidade em uma determinada data” (GOUVEIA, 1998).

“A contabilidade, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente ...” (IUDICIBUS, 1998).



“Contabilidade é a ciência que tem como objeto de estudo o patrimônio das entidades, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica financeira” (site WIKIPÉDIA, 2011).

“Contabilidade: ciência que estuda e controla o patrimônio em seus aspectos quantitativos e qualitativos” (Portal de Contabilidade, 2011).

Podemos, então, compilar os conceitos apresentados anteriormente e dizer que a contabilidade é uma ciência concebida para escriturar e analisar as situações patrimoniais e econômico-financeiras que acontecem com um ente, de forma a controlá-los.

Mas, quem são estes entes?

São as pessoas físicas e jurídicas. As físicas somos eu, você, o seu vizinho, o juiz de futebol, a atriz de novela, ou seja, qualquer pessoa.

As pessoas jurídicas são a padaria da esquina, a rede de televisão, o posto de gasolina, o time de futebol, o supermercado. Mas, não se resume a isso. Também são pessoas jurídicas o Estado, o município onde vivemos, a União, as escolas públicas, entre outros.



**Não se esqueça: a contabilidade interessa não apenas às pessoas que querem obter lucro (rentabilidade). Mas, também, às empresas que não têm finalidade lucrativa, pois são obrigadas a apresentar sua contabilidade, sempre que solicitada, pelos órgãos do governo.**

Agora, vamos saber por que a contabilidade é importante.

## **1.2 Importância da contabilidade no contexto social e econômico**

Para cada grupo de pessoas interessadas na contabilidade, pode-se apresentar uma importância, uma vez que seu objeto é o patrimônio das entidades econômico-administrativas, sendo representada pelas organizações que reúnem pessoas, patrimônio, ação administrativa, entre outros. Vejamos alguns usuários da contabilidade.





**Figura 1**  
Fonte: autora

Agora veja como alguns deles concebem a contabilidade.

- **Pessoa física** - Maior controle do que ganha e do que pode gastar, equilibrando, assim, seu orçamento doméstico.
- **Sócios ou acionistas de uma empresa** - A contabilidade serve para apresentar a rentabilidade e segurança de seus investimentos.
- **Administradores e diretores de empresas** - Como são eles os agentes de decisão dentro da entidade a que pertencem, a contabilidade os ajuda a tomar as decisões.
- **Bancos** - Como empresas jurídicas, têm duplo interesse e têm de conhecer seus próprios dados para a tomada de decisões, visando ao lucro para os acionistas. Por outro lado, eles precisam saber da vida contábil daqueles que os procuram, quer seja para tomar empréstimos ou para fazer investimentos diversos, pois é através da contabilidade dessas pessoas que os bancos saberão se é possível ou não operar com segurança.
- **Governo** - Assim como o banco, também tem duplo interesse. Primeiramente o governo se baseia na contabilidade de todas as pessoas para exercer o poder de tributar e arrecadar impostos, taxas e contribuições e, em segundo, para poder contabilizar seus próprios ganhos, perdas e gastos.

Isso significa que a contabilidade compreende todas as pessoas físicas e jurídicas que, direta ou indiretamente, tenham interesse na avaliação da situa-



ção e do desenvolvimento da entidade.

Imagino que você se deve estar perguntando. Qual é o objeto da contabilidade e qual sua finalidade dentro do cenário social? Vejamos.

O objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades econômico-administrativas.



**Podemos entender então que a finalidade da contabilidade é permitir a obtenção de informações econômicas e financeiras acerca da entidade. Essas informações são usadas: para controlar as operações e planejar ações futuras da pessoa física ou jurídica.**

### **1.3 Limitações do método contábil**

É preciso, contudo, esclarecer que a contabilidade não é e nem deve ser entendida como um fim em si mesma, ou seja, toda e qualquer informação que ela puder gerar só terá utilidade se satisfizer às necessidades de seus interessados e não apenas daquele que produz a informação — o contador.

A informação que a contabilidade produz representa o momento atual, da situação financeira e econômica da pessoa física ou jurídica, isto porque a contabilidade é estática. Pode-se dizer que é uma foto, um retrato daquele momento em que a informação foi produzida. É necessário então, para que seus dados sejam confiáveis, que a busca pela informação seja diária, pois, desta forma, teremos um retrato mais fiel da realidade.

A contabilidade só é capaz de captar e registrar, normalmente, eventos mensuráveis em moeda, ou seja, o que pode ser medido. Sabemos que as decisões não podem ser baseadas apenas em um dado. Elas dependem de vários outros elementos.

Assim como todas as ciências, a contabilidade ainda está em discussão, no que diz respeito a princípios, a procedimentos de avaliação, bem como à terminologia, ou seja, nada é definitivo, pois estamos em movimento pela busca do conhecimento.







## 1.4 Origem e evolução da contabilidade

Conforme Rezende (2006), a contabilidade possui um histórico de vida tão antigo quanto a existência da humanidade e com as mais diversas finalidades respectivas de cada época.

No tempo das cavernas, o homem sobrevivia mediante a colheita de frutos e a caçada de animais que promovia diariamente.

A partir do momento em que percebeu que poderia guardar as provisões por mais dias, passou a formar seu primeiro patrimônio e com isso nasceu a contabilidade e com ela surgiram, também as formas de registro e os caracteres para representá-la que variavam entre os povos, até surgir a escrita e os algarismos, hoje de uso universal. Alguns mensuravam, ou seja, mediam o valor dos componentes de seu patrimônio com o uso de pedaços de madeira ou de osso, outros utilizavam nós feitos com fios de algodão e outros ainda faziam sinais nas pedras, como hoje são encontrados em paredes de cavernas da Antiguidade.

É possível dizer então que a contabilidade nasceu da própria civilização e de sua necessidade de escriturar e quantificar os seus bens.

A contabilidade teve como característica primordial a prestação de informações em relação ao ativo, que é o conjunto de bens e serviços e ao passivo que são as obrigações da pessoa ou da empresa e as dívidas cobradas pagas para o proprietário, ou seja, o enfoque era financeiro, donde se conclui que toda contabilidade é financeira.

### 1.4.1 A contabilidade do século XII ao XIX

Segundo Ludícibus (1993), o grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações.

Neste sentido, pode-se verificar que a contabilidade teve um desenvolvimento extraordinário na Europa a partir do século XII até o final do século XIX, quando, em decorrência da invenção da estrada de ferro e do telégrafo, o continente experimentou um excepcional desenvolvimento comercial, com a dispersão das atividades econômicas em vastas expansões territoriais e testemunhou o advento das grandes companhias de distribuição, gerando a necessidade de novos indicadores contábeis financeiros capazes de avaliar o desempenho de cada uma.





Segundo Melis (1950), os primeiros vestígios da utilização das partidas dobradas surgiram no princípio do século XIV e, apesar de largamente utilizado na Península Itálica, este método só alcançou notoriedade após a famosa e bem elaborada obra do frade Luca Pacioli, em 1494, denominada “Tractatus”. O livro era basicamente uma obra sobre aritmética, mas destacava um capítulo ao ensino do uso das partidas dobradas na escrituração.

No século XV, a contabilidade foi reinventada para atender às necessidades de controles dos mercadores venezianos. A partir da Revolução Industrial, o primeiro sistema de custos foi criado para que houvesse uma compreensão dos recursos que estavam sendo empregados nos produtos das novas fábricas.

### **1.4.2 Evolução contábil do século XX até hoje**

O final do século XIX e o início do século XX foram marcados por uma série de acontecimentos que deram origem a uma excepcional expansão da contabilidade. Assim como todas as áreas do conhecimento humano, ela precisou adaptar-se a novos enfoques mediante as mudanças econômicas como, por exemplo, o desenvolvimento do mercado de capitais e o rápido crescimento do comércio e da indústria. A contabilidade tornou-se, assim, mais complexa, necessitando de aprimoramentos que atendessem a um número cada vez mais elevado de usuários, que, por sua vez, pressionavam as organizações em busca de mais informações com a finalidade de garantir a segurança de seus investimentos.

Tais pressões contribuíram para que, no ano de 1930, surgissem as primeiras discussões entre a Bolsa de Valores de Nova Iorque e o Instituto Americano de Contadores Públicos, que culminaram na promulgação dos princípios de contabilidade, que são normas estabelecidas de padrões de comparação e credibilidade dos critérios adotados e aplicados à contabilidade das empresas.

### **1.4.3 A contabilidade no Brasil**

Os primeiros estudos sobre a contabilidade no Brasil, de acordo com Rezende (2006), datam de 1804, quando José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, publicou a obra “Princípios de Economia Política”. Em 1809 tem-se a criação oficial do curso de contabilidade e, no ano de 1833, Estevão Rafael de Carvalho publicou a obra “A Metafísica da Contabilidade Comercial” na qual divulgava o método das partidas dobradas e ainda propunha a elevação da contabilidade à condição de ciência.





No Brasil, assim como em outros países, os desdobramentos da contabilidade sempre estiveram associados ao desenvolvimento econômico. Neste particular, um dos aspectos que merece destaque é a grande semelhança entre o desenvolvimento da profissão nos Estados Unidos e em nosso país.

Entretanto, pelo fato de o Brasil não ter experimentado o mesmo grau de desenvolvimento econômico e não ter havido interesse pelo ensino superior, a profissão contábil por aqui passou a apresentar diversos problemas, sendo um deles a visão que a sociedade tinha da figura do contador como um mero guardador de livros fiscais.

Cabe ressaltar, ainda, que o usuário da contabilidade por aqui não tinha as mesmas características dos países mais desenvolvidos da época. Porém, nas últimas cinco décadas, aproveitando-se de todas essas regras gerais para as demonstrações contábeis, ou seja, os relatórios que auxiliam na tomada de decisão, o fisco passou a utilizá-las como base de cálculo para os impostos a serem pagos, gerando uma maior burocracia para as empresas e desviando o foco de gerencial para fiscal.

A necessidade de informações para a tomada de decisões mudou radicalmente na última década e as críticas que se fazem hoje à contabilidade se concentram em sua relevância nesse novo cenário.

A simples verificação dos custos não habilita qualquer empresa a verificar se está efetivamente produzindo valor. Por conseguinte, também não lhe permitirá saber se está utilizando os recursos certos na sua atividade produtiva, ou seja, a contabilidade ainda é incapaz de identificar e medir as reais necessidades das empresas, embora tenha um papel importante na obtenção de informações acerca da movimentação e operacionalização de todo o sistema patrimonial. Mesmo assim, ela não garante o sucesso financeiro de uma empresa, porque isso dependerá de como os gestores interpretam as informações geradas por ela.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC: "A Contabilidade Gerencial é a parte da Contabilidade que se refere ao fornecimento de informações e de subsídios para a tomada de decisões de caráter corrente e as de natureza estratégica", enquanto a Contabilidade Financeira é uma vertente da contabilidade que direciona seus atos para a gestão financeira do capital aplicado, cuidando da elaboração das demonstrações financeiras mediante princípios contábeis.





Percebe-se, pois, que a Contabilidade não é uma ciência unânime em seu entendimento e nem tampouco isolada, valendo-se de todos os argumentos interdisciplinares para apresentar a empresa, não apenas em forma numérica para o governo, mas também na forma de geração de valor para a sociedade.

## Resumo

Caro estudante,

Nesta primeira, aula foi dada oportunidade para se aprender um pouco sobre o que é a contabilidade. Vimos que objetivamente ela é “um sistema de informação e avaliação destinada a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização” (IUDÍCIBUS et. All, 2000).

Concluimos, portanto, que a contabilidade avalia a situação econômica e financeira de uma entidade, num sentido estático, de forma a fazer inferências em seu futuro.

Descobrimos onde e quando ela surgiu e tivemos uma ideia geral dos processos evolutivos pelos quais ela tem passado ao longo dos tempos. Pudemos, ainda, conhecer que a contabilidade foi introduzida no Brasil em 1804, pelo Visconde de Cairu e que seu desenvolvimento em nosso país também foi estimulado pelos fatores econômicos.



## Atividade de Aprendizagem

Após ler o texto aponte:

1. Qual o marco que podemos considerar como origem da contabilidade?

---

---

---

---

---

2. Por que e para quem a contabilidade é importante?

---

---

---

---

---





**3.** Pratique o seu aprendizado. Marque A para ativo e P para passivo

- Títulos a pagar
- Dinheiro no cofre da empresa
- Contas a receber dos diretores
- Ordenados a pagar
- Terrenos
- Empréstimos bancários a pagar
- Equipamentos
- Empréstimos concedidos a empregados
- Patentes adquiridas

**4.** Procure *sites* da área contábil que apresentem a estrutura de um plano de contas e faça um pequeno comentário sobre o que você percebeu.

**5.** Marque, nas questões abaixo, apenas a alternativa correta

**a)** A contabilidade é uma ciência

- Exata
- Biológica
- Social aplicada
- Nenhuma das alternativa anteriores
- Todas as alternativas anteriores

**b)** A contabilidade interpreta os fenômenos que afetam

- situações patrimoniais



- situações financeiras
- situações econômicas
- nenhuma das alternativas anteriores
- todas as alternativas anteriores

**c)** Para quem a contabilidade é importante (6 pontos)

- apenas para o governo
- apenas para os sócios e acionistas
- apenas para os administradores
- apenas para os bancos
- nenhuma das alternativas anteriores

**d)** Sobre a evolução da contabilidade, é correto afirmar que (6 pontos)

- ela nasceu com as partidas dobradas de Lucca Paccioli no século XV
- ela nasceu da própria civilização e de sua necessidade de escriturar
- ela não foi influenciada pelo grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações durante os séculos XII a XIX
- no Brasil não sofreu desdobramentos decorrentes do desenvolvimento econômico do país
- a contabilidade é unânime e isolada das demais ciências

Caro/a estudante,

Após este contato inicial com a Contabilidade, passaremos à aula 2, na qual aprenderemos novos conceitos e significados de termos que serão úteis não apenas para o curso que estão fazendo, mas que terão utilidade na vida de todos.





É de extrema importância que estes sejam entendidos e trazidos para o dia a dia, pois, assim, ficará mais fácil o nosso aprendizado!







## Aula 2. Conceitos fundamentais de contabilidade

### Objetivos:

- identificar os termos que fazem parte da linguagem contábil; e
- conceituar os significados dos termos contábeis.

Caro estudante,

Aprenderemos a partir deste momento um pouco mais sobre o significado das palavras utilizadas na contabilidade e seu uso.

Vimos até agora que a Contabilidade é uma ciência, cujo objetivo é captar, registrar, acumular, resumir e interpretar fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer pessoa física e jurídica. Desta forma, a contabilidade oferece informações úteis que vão ajudar no processo e na tomada de decisão.

Conclui-se, portanto, que a informação contábil deve ser, em geral e antes de tudo, veraz e equitativa, ou seja, justa e verdadeira, de forma a satisfazer as necessidades de quem a utiliza. Deve propiciar revelação suficiente sobre a entidade, de modo a facilitar e atender a concretização das expectativas e objetivos dos usuários, expressando:

**Confiabilidade = segurança**

**Tempestividade = momento adequado**

**Compreensibilidade = fácil compreensão**

**Comparabilidade = uniformidade.**

Agora, que você já sabe que o objeto da contabilidade é o patrimônio, que tal avançarmos um pouco mais para você saber como ele é formado.



## 2.1 Bens x direitos x obrigações

**Bens:** tudo o que pode ser avaliado economicamente e que satisfaça as necessidades humanas. Podem ser:

- **De consumo:** quando fazem parte do processo produtivo, divididos em duráveis ou não duráveis. Ex. máquinas de produção da fábrica.
- **De renda:** não destinados à produção, mas sem os quais não seria possível produzir. Ex. móveis do escritório da fábrica.
- **Fixos ou imobilizados:** bens duráveis com vida útil superior a um ano. Ex. carro.
- **Bens intangíveis:** não possuem existência física, porém representam uma aplicação de capital indispensável aos objetivos da entidade. Ex. conhecimento dos funcionários, um ponto comercial.

**Direitos:** são os valores a serem recebidos de terceiros, quer sejam por vendas, aluguel, ou ainda, como, por exemplo, uma propriedade nossa que está em poder de outra pessoa. É tudo o que me pertence, mas por algum motivo encontra-se com outra pessoa.

**Obrigações:** são dívidas ou compromissos de qualquer espécie ou natureza que assumimos perante alguém. Também são os bens de terceiros que se encontram conosco.



**Podemos concluir que nossa casa é um bem móvel, durável. Se ela estiver alugada para alguém, temos para com essa pessoa direitos a receber (aluguel), mas se pagamos o aluguel para alguém, temos uma obrigação a pagar.**

### 2.1.1 Ativo X passivo

O ativo representa todos os bens e direitos a receber de uma entidade ou de uma pessoa. Podem ser expressos através de: moeda, caixa, bancos, imóveis, veículos, equipamentos, mercadorias, títulos a receber, clientes, entre outros.

O passivo representa basicamente as obrigações a pagar, isto é, as quantias que alguém ou uma empresa deve a terceiros, que podem ser expressos através de: títulos a pagar, contas a pagar, fornecedores; salários a pagar; impostos a pagar, hipotecas a pagar, entre outros.





## 2.1.2 Despesas x receitas

Caro estudante, imagino que você não terá dificuldade em entender os termos despesas e receitas dentro do sistema contábil, pois, no nosso dia a dia, conhecemos bem o significado de cada uma destas palavras, entretanto, existem algumas particularidades que podem confundir.

Despesas são os gastos que a empresa tem para desenvolver suas operações. Pode-se afirmar ainda que é a utilização ou consumo de seus ativos que são representados pelos bens e direitos, no processo de produzir e obter receitas.

Vale a pena destacar que despesas e custos não são a mesma coisa. Custo é o que a empresa compra para formar seu ativo.

A receita está diretamente ligada à produção de bens ou serviços em sentido amplo. E pode ser dividida em receita **operacional**, como, por exemplo, quando decorre da venda de produtos ou de prestação de serviços ou **não operacional**, quando não tem nenhum vínculo com a finalidade da empresa, ou seja, não está incluída nas atividades principais da empresa.

## 2.1.3 Patrimônio líquido e resultado

O patrimônio líquido pode ser definido como a diferença entre o valor de ativo (bens e direitos) e do passivo (obrigações) de uma entidade, em determinado momento.

$$\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} = \text{ATIVO} - \text{PASSIVO}$$

Representa o registro do valor que os proprietários de uma empresa têm aplicado no negócio. Sua origem pode ser proveniente das seguintes fontes:

**Investimentos** = efetuados pelos proprietários da empresa, mediante uma troca por ações, quotas ou outras participações.

**Lucros** = acumulados na empresa como uma fonte adicional de financiamento. O lucro é apurado no final de cada exercício financeiro, mediante o confronto das entradas (receitas) e saídas (despesas).

$$\text{RESULTADO} = \text{RECEITAS} - \text{DESPESAS}$$





Logo, assim como o patrimônio líquido é a diferença entre ativo e passivo, o resultado também é a diferença entre as despesas e as receitas dentro de um determinado período.

Agora que você já viu alguns termos e seus respectivos significados, vamos para mais uma etapa. Veja o que são fatos contábeis.

### 2.1.4 Fatos contábeis administrativos

Quando uma empresa aumenta seu ativo através da compra de uma nova máquina, ou quando ela pede dinheiro emprestado ao banco, ou ainda quando ela vende sua mercadoria a um cliente, tendo como forma de recebimento 50% à vista e 50% para pagamento em 30 dias, ela está modificando seu balanço patrimonial.

Em outras palavras, ela modifica as contas do ativo e do passivo, podendo vir ou não a modificar o patrimônio líquido.

Todas estas transações são chamadas de fatos administrativos. Dependendo do fato que ocorre, podemos ter três tipos de comportamento das contas do ativo, passivo e do patrimônio:

**Permutativo** = os fatos não provocam alteração no patrimônio líquido da empresa, mas modificam os demais elementos do balanço. Exemplo: bens por bens, bens por obrigações, direitos por bens etc.

Exemplo:

- compra de mercadorias à vista (bens por bens)
- recebimento de uma duplicata (direitos por bens)

**Modificativos** = são os fatos que provocam modificação no patrimônio líquido da empresa. Estas alterações podem ser aumentativas ou diminutivas do patrimônio, ou seja, podem aumentar ou diminuir as contas de receitas e despesas. Exemplo: receitas de aluguel.

**Misto ou composto** = quando apresentam, ao mesmo tempo, fatos permutativos e fatos modificativos, apresentando também aumento ou diminuição do patrimônio. Exemplo: pagamento de uma duplicata com juros - fato misto diminutivo.





**Portanto, fatos administrativos são aqueles que provocam modificações no patrimônio, sendo, assim, objeto de contabilização, podendo alterar ou não o patrimônio líquido (situação líquida).**

### **2.1.5 Escrituração**

Vimos até este momento que diversos fatos ocorrem na vida das empresas, mas onde registrar todas estas situações? Primeiramente, Imagino que, neste momento, você se está perguntando o que é escrituração? Para que serve? É uma técnica que se utiliza para controlar os elementos patrimoniais.

O registro oficial deve ser feito formalmente através de um modelo sistematizado determinado pela legislação contábil como obrigatório para o lançamento de todas as transações contábeis de uma empresa. É o livro diário.

O diário deverá trazer como informações básicas:

- data da transação, ou data em que ela está sendo registrada no livro diário;
- nome das contas que estão sendo debitadas e creditadas;
- o valor dos débitos e créditos em cada conta; e
- histórico da transação, descrevendo de forma resumida o que ocorreu.

Pode-se também escriturar cada uma das contas do diário separadamente. Isto é muito útil, pois mediante a razão, nome dado a este livro auxiliar, temos um controle individual de cada conta e, assim como o diário, ele possui informações básicas importantes. Veja como é o livro razão:

- nome da conta a ser representada;
- colunas para débitos, créditos e saldo, para demonstrar a diferença acumulada; e
- coluna para indicar se o saldo é credor ou devedor, etc.





**Figura 2**

Fonte: sxc.hu

### 2.1.6 Plano de contas

A nomenclatura das contas utilizadas para a escrituração na contabilidade é muito variada, pois depende muito do ramo de atividade de cada empresa. Portanto, existem diversos tipos de transações: prestação de serviço, venda de mercadoria, movimentação em bancos, pagamentos diversos. Para assegurar a uniformidade na utilização das contas e facilitar o registro das transações, as empresas se utilizam de um plano de contas. E cada uma cria o seu próprio plano de conta de acordo com o seu objeto social, ou seja, aquilo em que prestará os seus serviços.

O plano de contas representa a organização das contas usadas pela empresa, de forma que elas tenham sua existência e nomenclatura preestabelecidas, evitando escrituração duplicada de transações e facilitando o levantamento dos balancetes de verificação.

Deste modo também se garante que, em caso de **auditorias**, os dados possam ser totalmente compreendidos, pois o auditor terá conhecimento do que está escrito, mediante o plano de contas.



**Auditoria** – significa um exame minucioso de todos os lançamentos contábeis para saber a veracidade das informações. Veja o exemplo de um plano de contas.





Auditoria – significa um exame minucioso de todos os lançamentos contábeis para saber a veracidade das informações. Veja o exemplo de um plano de contas.

## 10 ATIVO CIRCULANTE

### 100 DISPONIBILIDADES

100.1 Caixa

100.2 Bancos Conta Movimento

100.3 Aplicações de Liquidez Imediata

### 101 CONTAS A RECEBER

101.1 Clientes

101.2 Duplicatas a Receber

101.3 (-) Provisão para Créditos de  
Liquidação Duvidosa

101.4 Promissórias a Receber

[...]

## 20 PASSIVO CIRCULANTE

### 200 OBRIGAÇÕES A FORNECEDORES

200.1 Fornecedores

200.2 Duplicatas a Pagar

### 201 OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

201.1 Promissórias a Pagar

### 202 OBRIGAÇÕES FISCAIS

202.1 COFINS a Recolher

202.2 ICMS a Recolher

202.3 Impostos e Taxas a Recolher

202.4 PIS sobre Faturamento a Recolher

Observe que esse plano não está completo. O objetivo aqui é apenas dar-lhe uma noção da estrutura das contas e o número que pode identificá-las. É claro que existem muito mais. São elas que compõem o balanço patrimonial de uma empresa.

### 2.1.7 Lançamentos

Quando ocorre um fato administrativo em uma empresa, ela deverá fazer o registro deste nos livros exigidos pela legislação. Cada evento será registrado



Agora, vamos para mais uma etapa, os lançamentos contábeis. Mas antes, se você puder, aprofunde-se um pouco mais a respeito da estrutura e disposição das contas em um plano de contas, pois isso o ajudará a entender melhor o modo como elas são contabilizadas. Sugerimos uma pesquisa em *sítes* de contabilidade. Existem vários a sua disposição. Veja: [www.portaldecontabilidade.com.br](http://www.portaldecontabilidade.com.br)





em uma Conta, quer seja do ativo, passivo ou do patrimônio líquido e podemos dizer que a conta é a menor unidade da Contabilidade.

O conjunto de cadeiras, mesas, computador, máquinas de calcular representa uma conta, que normalmente damos o nome Móveis e Utensílios. Assim, se faz para todos os itens pertencentes à empresa: os semelhantes são agrupados e nomeados.

Para fazermos o registro de uma transação em uma conta, o guia utilizado é chamado de Lançamento, que são os registros escritos dos fatos contábeis.

Assim, para cada transação que a empresa fizer, deverá haver um ou mais lançamentos correspondentes, isto porque há transações que envolvem mais do que duas contas.

#### **- compra de mercadorias à vista no valor de 50.000**

O lançamento no diário ficaria assim:

#### **Compra de mercadoria à vista conforme N. Fiscal nº 00067 no valor de 50.000**

No razão:

#### **Compras de mercadorias**

**Caixa .....50.000**

Debita-se a conta mercadorias pela entrada e credita-se o caixa pela saída do valor em dinheiro.

Esse é apenas um exemplo para que você possa ter noção de como é feito o registro contábil de uma determinada conta. É claro que nos vamos aprofundar um pouco mais nas próximas aulas.

### **2.1.8 Exercício social e período contábil**

Quando uma empresa é constituída, seus proprietários ou acionistas estabelecem uma determinada data para que oficialmente seja feito um levantamento geral dos dados de ativo, passivo e patrimônio líquido. Esta data é conhecida como encerramento do exercício social. Normalmente, coincide com o último dia de algum mês e corresponde ao período de 12 meses de







atividade da empresa.

O período contábil é o espaço de tempo escolhido para que o setor de contabilidade apresente a situação patrimonial da empresa, ou seja, todas as operações efetuadas dentro do período. Significa dizer as compras efetuadas, os investimentos, os pagamentos, entre outros. Este pode variar de mês a mês, dois em dois meses e, para o governo, de ano em ano.

Entretanto, esta regra de 12 meses do exercício social, em alguns casos, poderá não ser válida. Uma empresa que foi constituída em 01/06 e tenha como data final para apresentar seu encerramento 31/12, terá como período contábil o prazo de sete meses, em seu primeiro ano de vida. Os demais seguirão o exercício social de 12 meses.

Outra possibilidade em que o prazo poderá não ser “verdadeiro” é quando a empresa decide mudar a data de encerramento social. Neste caso, o período poderá ter menos de 12 meses ou mais que o período normal de doze.

## 2.2 Princípios fundamentais de contabilidade

A contabilidade para ser inteligível a todos necessita, sobretudo, de comparabilidade e clareza. Mas, como conseguir tais características?

Uma das formas para atingir tal necessidade é criar regras, princípios, pilares. Os princípios contábeis são regras estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para direcionar os profissionais da área contábil acerca dos fenômenos e eventos contemplados pela Contabilidade, quanto às normas legais de contabilização possibilitando melhor cristalização da análise e observação da realidade econômica, social e institucional. Representam um conjunto de conceitos e procedimentos desenvolvidos pela teoria contábil e utilizados como disciplinadores na escrituração de eventos e transações e na elaboração de relatórios financeiros, que auxiliam na gestão administrativa na tomada de decisão.

Foram criados não apenas para orientar, mas, também, para que fosse possível padronizar procedimentos para comparar documentos em função de critérios conhecidos para a elaboração destes de demonstração financeiras.

Segundo a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750 de





29/12/1993, capítulo II, artigo 2º:

“Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.”

Segundo o portal <http://books.google.com.br/books?id=CiUoTvFdQs4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR>, no caso brasileiro, os princípios são obrigatoriamente presentes na formulação das Normas Brasileiras de Contabilidade, verdadeiros pilares do sistema de normas, que estabelecerão regras sobre a apreensão, o registro, relato, demonstração e análise das variações sofridas pelo patrimônio, buscando descobrir suas causas, de forma a possibilitar a feitura de prospecções sobre a entidade. Essas regras não podem sofrer qualquer restrição na sua observância.

Em termos de conteúdo, os princípios dizem respeito à caracterização da entidade e do patrimônio, à avaliação dos componentes destes e ao reconhecimento das mutações e dos seus efeitos diante do patrimônio líquido. Como os princípios alcançam o patrimônio na sua globalidade, sua observância nos procedimentos aplicados resultará automaticamente em informações de utilidade para decisões sobre situações concretas. Esta é a razão pela qual os objetivos pragmáticos da contabilidade são caracterizados pela palavra “informação”.

Veja o primeiro princípio.

### 2.2.1 Princípio da entidade

“Art. 4º O princípio da ENTIDADE reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular, no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Em outras palavras, o patrimônio que será administrado não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, constituindo-se um elemento autônomo, no caso de sociedade ou instituição.





### 2.2.2 Princípio da continuidade

“Art. 5º A CONTINUIDADE ou não da entidade, bem como sua vida definida ou provável, devem ser consideradas quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas e qualitativas.

§ 1º A CONTINUIDADE influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, ou seja, as obrigações especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível.

§ 2º A observância do princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do princípio da competência por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado e de se constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado”.

Os procedimentos contábeis devem considerar a continuidade dos negócios da entidade, uma vez que esses negócios se renovam por meio de seu ciclo de operações e investimentos.

### 2.2.3 Princípio da oportunidade

“Art. 6º O princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originara. Em outras palavras, os registros dos fatos devem ser feitos imediata e integralmente após a ocorrência – Regime de competência.

§ único. Como resultado da observância do princípio da OPORTUNIDADE:

I — desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência;

II — o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III — o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da entidade em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.”





### **2.2.4 Princípio do registro pelo valor original**

“Art. 7º Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do país, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade. Significa dizer que os custos de aquisição de um ativo representam a base do valor contábil expresso em moeda corrente.

§ único. Do princípio do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL resulta:

I — a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II — uma vez integrados no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III — o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

### **2.2.5 Princípio da competência**

‘Art. 9º As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

§ 1º o princípio da COMPETÊNCIA determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do princípio da OPORTUNIDADE.

§ 2º o reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º as receitas consideram-se realizadas:

I — nas transações com parceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na pro-





priedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II — quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;

III — pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

IV — no recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º consideram-se incorridas as despesas:

I — quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiros;

II — pela diminuição ou extinção do valo econômico de um ativo;

III — pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.”

IV — os princípios da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA e do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL são compatíveis entre si e complementares, dado que o princípio apenas atualiza e mantém atualizado o valor de entrada;

V — o uso da moeda do país na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.”

### **2.2.6 Princípio da atualização monetária**

“Art. 8º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ único. São resultantes da adoção do princípio da ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

I — a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II — para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transa-





ções originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, do patrimônio líquido;

III — a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.”

### **2.2.7 Princípio da prudência**

“Art. 10. O princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior valor para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º o princípio da PRUDÊNCIA impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios fundamentais de contabilidade.

§ 2º observado o disposto no art. 7º, o princípio da PRUDÊNCIA somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do princípio da COMPETÊNCIA.

§ “3º a aplicação do princípio da PRUDÊNCIA ganha ênfase quando, para definição dos valores relativos às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.”

Com a análise desses princípios, podemos perceber, realmente, que o objeto da contabilidade é o patrimônio das organizações.

### **Resumo**

Nesta aula, o foco foi tomar conhecimento dos termos que são utilizados na contabilidade, os quais nos acompanharão até o fim da disciplina.

Aprendemos conceitos como ativo, que representa os bens e direitos a receber de uma entidade ou de uma pessoa e passivo, que representa basicamente as obrigações a pagar a terceiros.

Vimos, ainda, que o patrimônio líquido representa o que efetivamente a entidade tem aplicado em seu negócio e que este é obtido da expressão





matemática: ativo – passivo.

Descobrimos que, para haver comparabilidade e clareza entre as escriturações, é necessário seguir os princípios contábeis e fazer uso do plano de contas para efetuar os lançamentos.

## Atividade de Aprendizagem



1. Defina bens intangíveis e exemplifique.

---

---

---

---

---

2. Qual a equação matemática capaz de definir o valor do passivo de uma empresa?

---

---

---

---

---

3. Qual é o princípio que reconhece o patrimônio como o objeto da contabilidade, afirmando sua autonomia patrimonial?

( ) Continuidade

( ) Entidade

( ) Atualização monetária

( ) Oportunidade

( ) Competência

4. Defina o princípio da prudência.

---

---

---

---

---





**5.** Em relação ao plano de contas, é correto afirmar que:

- ( ) é utilizado pelo contador a seu bel prazer.
- ( ) não traz organização às contas usadas pela empresa.
- ( ) promove escrituração duplicada das transações.
- ( ) representa e assegura a uniformidade nos registros contábeis.
- ( ) impossibilita o auditor de compreender as transações.

**6.** Defina fatos permutativos e fatos modificativos.

---

---

---

---

---

Caro estudante,

De posse destas informações das aulas 1 e 2, você já deve estar ansioso para começar a contabilizar. Na próxima aula, isto já será possível.

Então vamos à aula 3!





# Aula 3. Noções de débito e crédito

## Objetivos:

- aplicar os procedimentos iniciais para a contabilização dos fatos administrativos.

Caro estudante,

Até este momento, apenas nos limitamos a definir cada um dos itens que julgamos ser importantes para que você possa entender melhor a contabilidade e para ajudá-lo a construir o conhecimento nessa área.

A partir de agora, veremos como esses elementos ora conceituados interferem uns nos outros, modificam-se entre si e dão origem às demonstrações contábeis.

Prepare-se para colocar em prática tudo o que você estudou na aula anterior.

Antes de iniciarmos este novo estudo, leia com calma, novamente, todos os conceitos: o que é ativo, passivo, patrimônio líquido.

Agora vamos avançar um pouco mais. Veja o conceito de débito.

## 3.1 Débito

Temos por hábito dizer que a palavra débito é algo ruim, pois a relacionamos com dívidas, situações negativas em nossa vida diária como, por exemplo, o saldo negativo na conta corrente do banco. Contabilmente falando, precisamos extrapolar este conceito dando-lhe um significado mais amplo e voltado diretamente para a contabilidade.

O termo débito é uma convenção e serve para indicar se uma transação aumentou ou diminuiu o ativo, o passivo e o patrimônio líquido de uma companhia. Convencionou-se chamar o lado esquerdo de uma conta de DÉBITO. **Veja o exemplo na próxima página.**



Título da Conta	
Lado esquerdo	
Débito	

## 3.2 Crédito

De forma análoga, ou seja, igual ao débito, imprimimos ao crédito, o lado positivo, o lado bom, relacionado à possibilidade de comprar a prazo, a um saldo positivo no banco, a algo favorável etc.

O termo crédito é uma convenção e serve para indicar se uma transação aumentou ou diminuiu o ativo, o passivo e o patrimônio líquido de uma entidade. Convencionou-se chamar o lado direito de uma conta de crédito.

**Veja agora o exemplo do crédito.**

Título da Conta	
	Lado direito
	Crédito



A diferença entre o total de débitos e o total de créditos feitos em uma conta em determinado período é denominada saldo. Se o valor dos débitos for superior ao valor dos créditos, a conta terá um saldo devedor. Se, ao contrário, o valor dos créditos for superior ao valor dos débitos, temos um saldo credor. Vale dizer que, se o resultado dessa transação for um débito maior, temos uma situação líquida favorável ou positiva, chamada de superávit. Agora, se ocorrer o contrário, o passivo maior que o ativo, teremos, então, um prejuízo, ou seja, um déficit.

## 3.3 Regras para o crédito e o débito das contas conforme sua natureza

De forma geral, a principal regra a ser seguida para as contas são:

**Ativo = Devedora**

**Passivo = Credora**

**Patrimônio Líquido = Credora**

Salientamos, entretanto, que toda regra tem sua exceção e os casos serão identificados na medida em que forem aparecendo no texto.





Ao estudarmos o balanço patrimonial, que é um demonstrativo que serve para evidenciar todas as contas patrimoniais e de resultado da organização, notamos algumas semelhanças com a regra que acabamos de mostrar.

As contas do ativo (bens e direitos) estão do lado esquerdo do balanço. Seguindo a lógica, essas contas deverão sempre ser devedoras.

Lembra-se da situação do saldo do banco? Comumente dizemos que o nosso saldo está devedor quando ele está negativo e, no caso da contabilidade, um saldo devedor pode ou não ser um saldo positivo. Podemos dizer, ainda, que no lado esquerdo encontra-se toda a aplicação da empresa.

Para que o saldo dessas contas fique devedor, é necessário que os aumentos e as diminuições sejam registrados na forma representada abaixo: por exemplo, clientes, máquinas, móveis e utensílios, entre outros.

Qualquer conta do ativo	
Débito	Créditos
\$ aumentos	\$ diminuições

As contas do passivo ficam do lado direito do balanço patrimonial e ocorre com elas o inverso do que acontece com as contas do ativo.

Assim, temos que os aumentos ou diminuições do passivo (obrigações) devem ser registrados: por exemplo, fornecedores,

Qualquer conta do passivo	
Débito	Créditos
\$ diminuições	\$ aumentos

Quanto às contas de patrimônio líquido, uma vez que ocupam o mesmo lado que o passivo (lado direito do balanço), deverão apresentar a mesma forma de registro.

Qualquer conta do patrimônio líquido	
Débito	Créditos
\$ diminuições	\$ aumentos

### 3.4 Origens e aplicações dos recursos

O ativo de uma empresa mostra onde foram aplicados os recursos ou onde foi empregado o capital. Portanto, é possível afirmar que o débito é a parte





da operação que registra onde os recursos são aplicados. Por exemplo, estoques de mercadorias, duplicatas a receber.

O passivo de uma empresa nos mostra onde foram conseguidos os recursos que estão sendo aplicados nos ativos. Esses recursos podem ser próprios ou de terceiros. Portanto, podemos concluir que o crédito é a parte da operação que registra as origens dos recursos aplicados.

**Aplicação = Débito**

**Origem = Crédito**

Este conceito é muito importante de ser lembrado, pois, nos momentos em que aparecer uma dúvida, se a conta é credora ou devedora, podemos também perguntar se ela é uma aplicação ou se é a origem da transação. Desta forma, teremos maior confiança no que fazemos.

### **3.5 Método das partidas dobradas**

Na aula anterior, quando contamos a história da contabilidade, dissemos que no século XV a dupla entrada foi inventada para atender as necessidades de controles dos mercados venezianos. Mas, o que vem a ser essa “dupla entrada”?

Os primeiros vestígios das partidas dobradas surgiram no princípio do século XIV e, apesar de largamente utilizado na Península Itálica, por poderosos comerciantes e banqueiros, este método somente alcançou notoriedade após a famosa e bem elaborada obra do Frade Luca Pacioli, em 1494.

Trata-se de um método muito simples e é universalmente aceito: “Não há débito(s) sem crédito(s) correspondente(s)”, ou seja, para cada um ou mais lançamentos de débito efetuados, deverá corresponder um ou mais lançamentos de créditos, de forma que a soma dos valores debitados seja sempre igual à soma dos valores creditados.

Exemplo: Se eu comprei um computador no valor R\$3.000,00 à vista, haverá um crédito na conta caixa correspondente ao valor de R\$3.000,00, e haverá um débito na conta móveis e equipamentos no valor de R\$ 3.000,00. Veja como ficaria na prática.





Para ilustrar a função do débito e do crédito nas contas, iremos simular a composição de uma empresa, fazendo, assim, os lançamentos no livro razão e no livro diário. Desta forma, nos familiarizamos com os nomes das contas e com os procedimentos contábeis.

Suponhamos que João e Maria resolveram, em 05-04-X7, fundar uma empresa, com o capital totalmente integralizado em dinheiro no ato de R\$ 35.000,00, dividido em 3.500 ações de R\$ 10,00 cada uma. Com a entrada do dinheiro para a sociedade, foi feito o registro da composição da empresa. Vejamos como seriam os lançamentos no livro razão:

Esta mesma transação poderia ser registrada no livro razão da seguinte forma:

Para a ficha caixa:

Caixa					
Data	Operação	Débito	Crédito	D/C	Saldo
05.04.x7	A capital	R\$35.000,00		D	R\$35.000,00

Para a ficha capital

Caixa					
Data	Operação	Débito	Crédito	D/C	Saldo
05.04.x7	de caixa		R\$35.000,00	C	R\$35.000,00

Perceba que a transação foi registrada nas duas contas da mesma forma, o que modificou de uma para a outra foi a posição do valor a débito e crédito. Veja: debitamos a conta caixa pela entrada do valor do capital, também por ser uma conta de ativo. Já a conta capital pertence ao patrimônio líquido e por isso foi creditada.

Agora, vejamos como seria o registro no livro diário:

**05.04.X7**

**Caixa**

**a Capital**

**Integralização do capital da empresa Zanetti. R\$35.000,**





Observe que existe um histórico desse registro contábil para evidenciar melhor o lançamento.

### 3.6 Balancetes de verificação

Como dissemos anteriormente, toda empresa ao final de um período contábil, ou a qualquer momento que necessitar, deverá apresentar um relatório no qual se conheça sua situação financeira.

Também dissemos que estes registros são feitos através do método das partidas dobradas, pelo qual o valor dos débitos sempre será igual ao valor dos créditos para cada lançamento. Podemos então dizer que a qualquer momento que precisarmos consultar os dados da empresa, a soma dos saldos devedores deverá ser exatamente igual à soma dos saldos credores.



**Figura 5**

Fonte: google.com

Ao fazermos esta verificação, estamos preparando um minibalço da empresa, o qual denominamos **balancete de verificação**. Este balancete nada mais é que o resumo do que ocorreu com a empresa dentro de determinado espaço de tempo.

Consiste na soma de todos os saldos das contas (patrimoniais e re-dituais) diferentes de zero, constantes em razão correspondente, os débitos, por um lado, e os créditos, de outro, perfazendo os mesmos totais. Este instrumento não detecta, entretanto, erros internos de lançamentos a contas erradas ou lançamentos invertidos (Oliveira, 2004).

Preparar um balancete, então, consiste em relacionar todas as contas utilizadas pela empresa, cujo saldo tenha sido diferente de zero, colocando-as em colunas apropriadas com seus respectivos saldos.





**Não se esqueça: o balancete representa a empresa em determinado momento, logo, a data em que foi apurado é fundamental para quem lê, possibilitando sua interpretação.**



**Exemplo:**

Veja um exemplo de balancete de verificação de forma detalhada.

**BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO RAZÃO EM 31/06X1**

CONTAS	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDOS	
			DEVEDOR	CREDOR
Caixa	100,	30,	70,	
Banco	90	30	60,	
Salários a pagar		30		30
Capital		100,		100,
<b>TOTAL</b>	<b>190</b>	<b>190</b>	<b>130</b>	<b>130</b>

Temos aqui as quatro colunas que deverão conter os valores das respectivas contas, a débito e a crédito. Apura-se o saldo mediante o confronto desses valores, ou seja, débito – crédito = saldo. Já o modelo abaixo aparece de forma resumida, podendo expor apenas os seus saldos finais.

Companhia \_\_\_\_\_

**Balancete de verificação em 31/08/X1**

Contas	Saldos devedores	Saldos credores
Caixa	200,	
Bancos – conta movimento	10.000,	
Contas a receber	50.000,	
Estoque de mercadorias	80.000,	
Despesas de salário	15.000,	
Móveis e utensílios	20.000,	
Capital social		100.000,
Salários a pagar		5.000,
Duplicatas a pagar		30.000,
Títulos a pagar		40.000,
Outras contas a pagar		200,
	<b>175.200,</b>	<b>175.200,</b>





## 3.7 Contabilização básica

Fizemos algumas escriturações de lançamentos como exercícios nos tópicos anteriores. Agora, vamos explicar um pouco mais sobre como contabilizar as transações. Para tanto, faremos diversas simulações.

### Compra de mercadorias

Quando uma empresa efetua a compra de mercadoria, o valor a ser contabilizado deveria ser o mesmo que consta na nota fiscal do vendedor, ou seja, se compramos uma mercadoria por R\$ 4.000, deveríamos contabilizar:

#### Para compra feita à vista

**Débito: estoque de mercadoria** 4.000,

**Crédito: bancos** 4.000,

Veja que debitamos a conta mercadorias pela sua entrada no estoque, aumentando também o valor do ativo. Concomitantemente, creditamos a conta banco pela saída do dinheiro para efetuar o pagamento.

**Temos aqui o lançamento de 1ª fórmula – uma conta no débito e uma no crédito.**

#### Para compra feita a prazo

**Débito: estoque de mercadoria** 4.000,

**Crédito: duplicatas a pagar** 4.000,

Entretanto, sabemos que o valor de R\$ 4.000, apresentado na nota fiscal, possui embutido alguns outros gastos, como seguro, frete, tributos etc. Desta forma, ao efetuarmos a contabilização desta compra, devemos ter o cuidado de não esquecer também de registrar os demais gastos separadamente. Assim, supondo que na compra efetuada anteriormente houve um frete de R\$40 e o ICMS de 18%, nossa contabilização ficaria como verá abaixo. Observe que temos aqui compra de mercadorias.

**Débito: estoque de mercadoria** 3.240,

**Débito: ICMS a recuperar** 720,







**Débito: despesas com frete**                      **40,**

**Crédito: bancos**                                      **4.000,**

Aqui temos o de 3º fórmula – mais de uma conta no débito e uma só no crédito.

### **Venda de mercadorias**

O processo da venda de mercadorias também requer alguns cuidados a serem observados, quando da contabilização. Assim como na compra de mercadorias, existem alguns itens agregados ao valor da venda, como impostos, custo da mercadoria.

Veja como ficaria se pegarmos a venda de mercadoria do exemplo anterior. Suponhamos que, para produzi-la, houve um gasto de R\$ 2.500 e, da mesma forma que ocorreu com a empresa que comprou, no exemplo acima, quem vendeu tem o valor do ICMS de 18% também embutido. Como ficaria esta contabilização, então? Teremos, aqui, vários fatores novos a observar.

### **Contabilizando a venda de mercadorias**

**Débito: bancos**                                      **4.000,**

**Crédito: receita de vendas**                      **4.000,**

Debita-se a conta banco pela entrada, ou seja, o recebimento do valor pago das vendas.

### **Contabilizando o imposto**

**Débito: ICMS**                                        **720,**

**Crédito: ICMS a recolher**                      **720,**

Temos agora um fato novo: o valor gasto pela empresa para produzir a mercadoria foi de \$ 2.500. , Como contabilizá-lo?

Existe uma conta que é denominada custo da mercadoria vendida ou apenas CMV. Nela lançaremos todos os custos que a empresa teve para produzir. Assim:





Débito: CMV 2.500,

Crédito: estoque de mercadoria 2.500,

**Caro estudante, o lançamento ainda não terminou. Temos fatos novos, acompanhe.**

**Vamos fazer as contas!**

Receita: 4.000,

ICMS: 720,

CMV: 2.500,

**Total 780,**

Que valor é esse?

Esse é o lucro que a empresa teve por produzir e vender sua mercadoria. Logo mais adiante ensinaremos como fazer a contabilização do lucro ou do prejuízo de uma empresa. Mas, saiba desde já que o resultado dessas com mercadorias, as quais envolvem o ICMS, em algum momento será abatido nas futuras operações. É o que você verá nas próximas aulas. Agora, vamos às provisões.

### **3.8 Provisões**

Contabilmente falando, provisão tem sentido de previsão, ou seja, se a empresa sabe que deverá efetuar determinado pagamento daqui a 10 meses, ela começa a guardar este valor ao longo do período, de forma que, quando tiver que efetuar-lo, não haja imprevisto.

Existe um princípio dentro da contabilidade chamado conceito de **competência do exercício**, “que exige que todas as despesas e receitas de uma empresa sejam contabilizadas dentro do exercício em que se realizam, mesmo que não tenham sido pagas ou recebidas” (Gouveia, 1993).

Ora, isto quer dizer que, se eu sei que terei que pagar algo ou que terei dinheiro a receber de alguém, isto deverá fazer parte dos dados financeiros





da empresa, mesmo que este recebimento ou pagamento ocorra apenas no final do ano. Logo, devo provisionar este fato contábil.

Da mesma forma que existe provisão para despesas e perdas certas, que certamente ocorrerão, existe uma provisão para despesas e perdas prováveis, ou seja, que podem ou não vir a ocorrer, isto porque, como dissemos antes, a empresa tem que prever sempre o que pode ou não acontecer ao longo de determinado período.

Exemplos clássicos de despesas certas da empresa são a provisão de férias, a provisão de 13º salário, a provisão para pagamento de impostos sobre a renda – IRPJ etc., porque são operações que fazem parte da rotina contábil da maioria das empresas. Suponhamos que João de Souza recebe por mês R\$ 500, sendo que, a partir do mês de maio, ele passou a receber R\$ 550. A contabilização do 13º salário será:

**Débito: despesas com 13º salário janeiro                      41,67**

**Crédito: provisão para 13º salário janeiro                      41,67**

De janeiro a abril o valor a ser contabilizado é o mesmo, totalizando 166,67.

Veja como é feito esse cálculo: o valor de 500, é dividido por 12 meses, encontrando-se o valor de 1/12, 41,67 x 4 meses em que João percebia R\$ 500.

**Débito: despesas com 13º salário maio                      45,83**

**Crédito: provisão para 13º salário maio                      45,83**

Da mesma forma, de maio a dezembro, mês a mês deverá ser contabilizado o valor de R\$ 45,83 para João, totalizando R\$ 366,67. (memória de cálculo:  $550 / 12 = 45,83 \times 8 \text{ meses} = 366,67$ )

Somando-se os valores, ao final do ano João receberá aproximadamente R\$533,34 referente ao 13º salário.

A empresa no final do ano deverá contabilizar:

**Débito: caixa ou banco    533,34**





**Crédito: provisão para 13º salário**

**533,34**

Quanto às despesas e perdas prováveis, também chamadas contingências, também devem ser contabilizadas, pois representam de alguma forma um imprevisto para as despesas da empresa. O melhor exemplo para esta situação são as provisões para litígios trabalhistas contra a empresa.

### **3.9 Amortização e depreciação**

Segundo Neves e Viceconti (2007), a **depreciação** “representa o desgaste ou a perda da capacidade de utilização (vida útil) de bens tangíveis ou físicos (armários, computadores etc.) pelo uso, por causas naturais ou por obsolescência tecnológica”.

Segundo o *site* <http://amigonerd.net/humanas/administracao/trabalho-de-analise-de-demonstrativos>, por outro lado, também existem bens do ativo imobilizado que não estão sujeitos à depreciação, pelo fato de, ao invés de perderem seu valor, conseguirem se valorizar com o decorrer do tempo, como terrenos, antiguidades, obra de arte.

A depreciação poderá ser feita levando-se em conta a estimativa de tempo de vida útil do bem,

$$\text{Taxa de depreciação (em \%)} = \frac{100\%}{\text{Vida útil do bem}}$$

ou por uma quota de depreciação,

$$\text{Quota de depreciação (R\$)} = \text{taxa de depreciação} \times \text{custo do bem (R\$)}$$

As taxas usuais admitidas pela legislação tributária para a depreciação normal são:

Espécie de bens	Taxa anual	Vida útil estimada
Edifícios e construções	4%	25 anos
Equipamentos, ferramentas, máquinas, móveis e utensílios, instalações etc.	10%	10 anos
Semoventes (animais de tração)	20%	5 anos
Veículos (passageiros ou cargas)	20%	5 anos

As empresas poderão ainda, mediante comprovação de utilização de seus bens em mais de um turno de oito horas de trabalho (o que diminuiria a vida





útil dos bens), valer-se da depreciação de forma acelerada, mediante a sua divisão pelo coeficiente de 1,5 quando de sua utilização em dois turnos e pelo coeficiente 2,0 quando em três turnos de trabalho.

Assim, uma máquina que tem o tempo de vida útil estimado em 10 anos para utilização em um turno terá sua vida reduzida para 6,66 anos se utilizada em dois turnos e para cinco anos se utilizada em três turnos.

Um bom exemplo da depreciação de um bem é um veículo. Ficou conveniado que um veículo de passageiros ou cargas tem uma vida útil estimada em cinco anos. Isto é o mesmo que dizer que um veículo que hoje adquirimos por R\$ 25.000, daqui a cinco anos valerá R\$ 0,0.

<b>Débito: encargos de depreciação anual</b>	<b>5.000,</b>
--	---------------

<b>Crédito: depreciação acumulada</b>	<b>5.000,</b>
---------------------------------------	---------------

Já a **amortização** é um processo semelhante à depreciação realizado no final de cada período (normalmente no final de cada mês ou por ocasião do levantamento do balanço). Representa a diminuição do valor aplicado na aquisição de direitos, cujo prazo de utilização ou existência é limitado, por motivos contratuais ou legais, ou seja, é a importância correspondente à recuperação do capital que foi aplicado em bens intangíveis, ou em despesas que contribuam para a formação do resultado de mais de um exercício social.

Vale lembrar que apenas alguns bens do ativo permanente, imobilizado ou diferido, poderão ser amortizados, como:

- marcas e patentes;
- direitos autorais, concessões, fórmulas ou processos de fabricação;
- ponto comercial;
- custo de projetos técnicos; e
- despesas pré-operacionais, pré-industriais, de organização, reorganização, reestruturação ou remodelação de empresas.





Contabilizando:

**Débito: despesas com amortização**

**Crédito: amortização acumulada**

Por exemplo: Se alugamos um imóvel e fazemos algumas benfeitorias nesse imóvel, só podemos utilizar a amortização se o contrato de locação for por prazo determinado e que não tenha direito à indenização das benfeitorias edificadas. Neste caso, se o contrato for feito por tempo indeterminado, utilizaremos a depreciação, se o contrato prever o ressarcimento do valor das benfeitorias não há nem amortização e nem depreciação. Vale lembrar ainda que nesse exemplo de lançamento o saldo não foi totalmente amortizado, ou seja, constituiu-se encargo no exercício em que o direito deverá se extinguir. Agora, se o valor da conta amortização acumulada atingir 100% do valor da conta que registra o bem imaterial, as duas contas deverão ser baixadas debitando-se a conta amortização acumulada e creditando-se a conta que registrava o respectivo.

## Resumo

Nesta aula, você teve a oportunidade de aprender que débito e crédito não significam algo negativo e positivo, mas que devem ser entendidos como convenções, sendo débito o nome que damos a uma transação que pode aumentar ou diminuir o ativo, passivo e o patrimônio líquido, assim como o crédito. Lembramos que todo aumento de ativo é lançado a débito do lado esquerdo, que toda diminuição de ativo é lançada a crédito do lado direito, que todo aumento de passivo e patrimônio líquido lança-se a crédito no lado direito e que as diminuições de passivo e patrimônio líquido são lançadas a débito no lado esquerdo. Não podemos esquecer ainda que, para todo débito, há um crédito correspondente e vice-versa, conforme estabelece o método das partidas dobradas.

Vimos também que a escrituração das entidades deverá ser feita no livro diário, no livro razão e que, no final de determinado período ou a qualquer momento, é possível apresentar um relatório de sua situação financeira.

Abordamos ainda que os bens que compõem o ativo com o passar do tempo perdem seu valor no mercado e por isto devem ser depreciados. Esta perda de valor também pode-se dar por causas naturais ou por obsolescência tecnológica, por desgaste ou pela perda de sua capacidade de utilização. Agora,





vamos à atividade prática de aprendizagem.

## Atividade de Aprendizagem



**1.** Vamos colocar em prática o que você aprendeu? Faça o registro de lançamento das seguintes transações da empresa Bolo Fofó Ltda.

- a)** Compra de um apartamento onde irá funcionar a empresa, à vista R\$15.000,
- b)** Compra de móveis e utensílios, a prazo, para o escritório R\$3.000,
- c)** Impressão de *folders* de propaganda da empresa, à vista R\$ 500,

Não se preocupe com o nome correto das contas, dê o nome que melhor identificá-la. À medida que formos avançando com o conteúdo, você ficará familiarizado com eles.

**2.** Assinale a alternativa correta que representa a equação básica da contabilidade.

- ativo = passivo exigível = patrimônio líquido
- ativo + passivo exigível – patrimônio líquido
- ativo + passivo exigível + patrimônio líquido
- ativo – passivo exigível – patrimônio líquido
- todas estão erradas.

**3.** Complete os quadros abaixo, seguindo as convenções estudadas sobre débito e crédito (7 pontos)

Título da Conta	
Lado esquerdo	
Débito	
Qualquer conta do ativo	
Débito	Créditos
\$ aumentos	\$ diminuições





Qualquer conta do patrimônio líquido	
Débito	Crédito
\$ diminuições	\$ aumentos

4. Monte o balancete de verificação da Empresa Monte Verde, mediante os dados abaixo e apresente os saldos das contas credoras e devedoras.

Caixa – 200,

Banco – 10.000,

Capital social – 100.000

Contas a pagar – 200,

Estoque – 80.000,

Duplicatas a pagar – 30.000,

Contas a receber – 50.000,

Despesas de salários – 15.000,

Salários a pagar – 5.000,

Móveis e utensílios – 20.000,

Títulos a pagar – 40.000,

Contas	Saldos devedores	Saldos credores
Caixa	200,	
Bancos – conta movimento	10.000,	
Contas a receber	50.000,	
Estoque de mercadorias	80.000,	
Despesas de salário	15.000,	
Móveis e utensílios	20.000,	
Capital social		100.000,
Salários a pagar		5.000,
Duplicatas a pagar		30.000,
Títulos a pagar		40.000,
Outras contas a pagar		200,
	175.200,	175.200,







Caro estudante,

A oportunidade de aprendizado nesta aula foi ver que, da escrituração dos dados de uma entidade, é possível gerar relatórios econômico-financeiros. A partir da próxima aula, iremos tratar dos diversos tipos de relatórios existentes, para que servem e o que cada um deles destaca para o seu usuário.

Vamos conhecer as demonstrações financeiras!





# Aula 4. Demonstrações financeiras

## Objetivos:

- aplicar os conceitos trabalhados anteriormente no relatório de demonstrações financeiras ou contábeis.

Caro estudante,

Já aprendemos, até aqui, a fazer a escrituração no livro razão e no diário e vimos um balancete de verificação. A união destes dados serve para criar diversos relatórios que, em sua maioria, são exigências legais no final do exercício social e são chamados de demonstrações financeiras ou contábeis.

Veja o que compõe as demonstrações financeiras básicas:

- balanço patrimonial;
- demonstração do resultado;
- demonstração do lucro ou prejuízo acumulado;
- demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- demonstração das origens e aplicações de recursos;
- notas explicativas às demonstrações financeiras; e
- demonstração do valor adicionado e balanço social, para algumas empresas determinadas.

A seguir, veremos algumas das demonstrações: o balanço patrimonial e a DRE de forma mais detalhada e as demais apenas em seus conceitos e funções.



## 4.1 Balanço patrimonial

Utilizando-se de todos os conteúdos vistos anteriormente, pode-se entender que as empresas precisam emitir, periodicamente, relatórios diversos que possibilitem monitorar, aperfeiçoar, projetar e aferir seus resultados.

Utilizando-se de uma visão simples de Gouveia (1993, p.149), podemos dizer que “o balanço patrimonial representa uma fotografia da empresa em determinada data, expressa em valores monetários.” Em outras palavras, segundo o *site* [http://www.totvs.com/mktfiles/tdiportais/helponline-protheus/portuguese/ctbr150\\_balanco\\_patrimonial.htm](http://www.totvs.com/mktfiles/tdiportais/helponline-protheus/portuguese/ctbr150_balanco_patrimonial.htm), é a demonstração financeira que evidencia, resumidamente, a situação patrimonial e financeira da entidade, quantitativa e qualitativamente.

### Mas por que uma fotografia?



**Figura 6**

Fonte: google.com

Por ser fruto de dados oriundos do ativo, passivo e do patrimônio líquido, em determinada data, representam a empresa no período em que foram colhidos, ou seja, como em uma fotografia, a imagem representa aquele exato momento, sendo que segundos após poderá ter-se modificado.

Mas, se o balanço representa apenas um momento, por que é importante?

Justamente pela quantidade de variação que ele sofre diariamente. Mesmo em empresas pequenas, inúmeras operações e registros contábeis ocorrem simultaneamente e com diversas particularidades. Daí a necessidade de resumir e apresentar os dados de uma forma adequada, de tempos em tempos.

Pode-se concluir, então, que a grande importância do balanço reside na possibilidade de poder visualizar com clareza as aplicações de recursos feitos pela empresa (ativos) e quantos desses recursos são devidos a terceiros (pas-





sivos), evidenciando ainda o nível de endividamento, a liquidez e quanto do capital pertence à própria empresa (patrimônio líquido) e de terceiros.

### 4.1.1 Forma e conteúdo do balanço

Estruturalmente, todo balanço deverá seguir a Lei das Sociedades por Ações nº 6.406/76, com as alterações propostas pela Lei n 11.638/07, devendo ser escrito da seguinte forma:

Nome da empresa CNPJ Balanço patrimonial realizado em (dia/mês/ano) Valores expressos em R\$ (mil/milhões/dólares)			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	200	Fornecedores	100
Duplicatas a receber	300	Impostos a recolher	1.000
Estoques	500	Outras dívidas	100
Depósitos em bancos	1.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Máquinas	100	Capital	400
Imóveis	1.000	Lucros acumulados	1.500
Total	3.100	Total	3.100

Para se levantar um balanço é necessário:

- fazer o levantamento do balancete de verificação da razão do último mês;
- promover o ajuste das contas;
- encerrar as contas de receitas e despesas; e
- elaborar as demonstrações financeiras e as notas explicativas.

Na verdade, você já estudou nas aulas anteriores alguns desses lançamentos. Observe que, para percorrer todas essas etapas, é necessário começar pelo registro no livro diário, no razão ou razonete. Em seguida, apura-se o saldo das contas, lançando-o no balancete de verificação e depois no de resultado. Somente depois é levantado o balanço patrimonial.

## 4.2 Demonstração do resultado do exercício

Em todas as aulas, você, caro estudante, pôde perceber que há uma interligação muito forte entre todos os conceitos. Dentro da contabilidade, não há





como se falar em um elemento sem citar outro, pois é da avaliação de cada um destes que se consegue montar um relatório diferente do outro.

Na aula anterior, dissemos que, para se levantar um balanço patrimonial, necessitamos encerrar as contas de receitas e despesas e é através do encerramento dessas que damos origem ao relatório denominado Demonstração do Resultado do Exercício – DRE (Glossário = DRE) e que mostra a situação econômico-financeira da empresa.

Nesse relatório, iremos apurar o resultado, o lucro ou o prejuízo da empresa que comporá o resultado do exercício no balanço patrimonial.



Reveja os conceitos estudados sobre receitas e despesas na aula anterior para facilitar a sua compreensão.

Existem várias contas de despesas e receitas em uma empresa, como, por exemplo:

- Receita - Aluguéis ativos, juros ativos, venda de mercadorias, receitas de serviços, descontos obtidos etc.
- Despesas - Água e esgoto, fretes, material de expediente, energia elétrica, salários, aluguéis passivos etc.



**Figura 7**

Fonte: google.com

Os débitos e créditos apresentados a seguir indicam o agrupamento das diversas contas vistas anteriormente, as quais são feitas para fins de apresentação da conta de resultado, embora, basicamente, a conta de resultado



sofra débitos e créditos oriundos das origens.

- Débitos - São deduções de vendas, abatimentos e impostos, custo de mercadorias e serviços, despesas operacionais e não operacionais, provisões para impostos sobre lucro, participações e contribuições, transferências de lucro líquido do exercício para a conta de lucros ou prejuízos acumulados etc.
- Créditos - São receitas operacionais e não operacionais, transferências de lucro líquido do exercício para a conta de lucros ou prejuízos acumulados, receitas de exploração das atividades sociais.

**Algumas contas de resultado podem aparecer tanto no grupo de despesas quanto no grupo de receitas. Neste caso, recomenda-se utilizar os nomes das contas com adjetivos passivo para despesas e ativo para receitas, mas estes adjetivos nada têm a ver com as contas do balanço patrimonial chamadas ativo e passivo.**



#### 4.2.1 Encerrando as contas de despesa e receita

Uma empresa não pode esperar sua descontinuidade (encerramento) para saber seu resultado financeiro e, por convenção, ficou estabelecido o período de pelo menos um ano, para a apuração. O cálculo será feito mediante o confronto das contas de receitas e despesas.

Anteriormente, vimos que a variação do patrimônio de uma empresa ocorre mediante aumento ou diminuições, ou seja, a crédito ou débitos. Vimos também sobre a utilização do livro razão quando da escrituração dos números da empresa. Passemos então a registrar as operações normais do encerramento do exercício nos razonetes.

Temos os dados iniciais de uma empresa: caixa R\$10.000 e capital social R\$10.000, apresentando o seguinte balanço patrimonial.

Nome da empresa CNPJ Balanço Patrimonial em (dia/mês/ano)			
Caixa	10.000	Capital social	10.000
Total	10.000	Total	10.000

Durante o período de um mês, ela efetuou operações de receita e despesas como compra à vista e consumo imediato de materiais de escritório no valor de R\$2.500,00; prestou serviços pelos quais recebeu à vista o valor de R\$

4.450,00; realizou compra a prazo de peças de reparo para os serviços que prestou no valor de R\$1.100,00; prestou serviço e receberá em um mês o valor de R\$5.800,00; apurou a folha de pagamento do mês e quitou o mesmo no valor de R\$4.500,00; recebeu um boleto informando o valor do aluguel do mês e também o quitou no valor de R\$400,00.

Caixa		Contas a pagar		Despesas com aluguel	
10.000	2.500 (1)		1.100 (3)	400 (6)	400 (12)
4.450 (2)	4.500 (5)				
	400 (6)				

  

Capital social		Despesas com peças		Contas a receber	
	10.000	1.100 (3)	1.100 (9)	5.800 (4)	

  

Desp. com material de escritório		Despesas com salários		Receita de serviços	
2.500 (1)	2.500 (8)	4.500 (5)	4.500 (11)	10.250 (7)	4.450 (2)
					5.800 (4)
					10.250

Iremos utilizar apenas os razonetes que fazem parte das contas de resultado, ou seja, despesas com material de escritório, com peças, com aluguel, com salários e receitas de serviços.

Inicialmente, criaremos um outro razonete denominado RESULTADO e faremos o encerramento das contas apresentadas até agora.

Resultado	
Débito	Crédito
2.500 (8)	10.250 (7)
1.100 (9)	
4.500 (10)	-
400 (11)	-
8.500	-
-	1.750
1.750 (12)	

  

Lucros/Prejuízos Acumulados	
	1.750 (12)

Percebe-se que a conta de resultado recebe, por transferência, a débito, todos os saldos das despesas; e a crédito, todos os saldos das receitas. Desta forma, a empresa de nosso exemplo apresentou no mês um lucro de





R\$1.750,00, uma vez que nenhuma conta de resultado deve ter saldo no final do período analisado e, por sua vez, a conta de resultado terá seu saldo transferido para a conta lucros e prejuízos acumulados.

**Vale lembrar que, caso a conta lucros/prejuízos acumulados já tenha saldo, a conta deverá ser totalizada, ou seja, o valor somado com o novo valor apurado.**



**Figura 8**  
Fonte: google.com

Agora, vejamos a estrutura da DRE também conforme determina a Lei das Sociedades por Ações.

Nome da empresa	
Demonstração de resultado da empresa findo em (dia/mês/ano) R\$	
Receitas operacionais	10.250
(-) deduções	-
(=) receita operacional líquida	10.250
(-) Custo das mercadorias/serviços vendidos	(5.600)
(=) Lucro bruto	4.650
(-) Despesas operacionais	-
Despesas de aluguel	(400)
Despesas com material de escritório	(2.500)
(=) Lucro operacional	1.750
(-) Despesas não operacionais	-
(+) Receitas não operacionais	-
(=) Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.750
(-) Provisão para imposto de renda*	-
(=) Lucro depois do imposto de renda	1.750
(-) Participações no resultado*	-
(=) Lucro líquido	1.750



Caro estudante,

Como ainda não estudamos sobre os tributos e contribuições sociais, mostraremos apenas como esses valores serão computados na demonstração do resultado da empresa, porém não apresentaremos seus cálculos nem valores neste instante.

Após a apuração dos resultados do mês, teremos um novo balanço patrimonial.

Nome da empresa CNPJ Balanço patrimonial em (dia/mês/ano)			
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa	7.050	Contas a pagar	1.100
Contas a receber	5.800	Patrimônio líquido	
Ativo realizável a longo prazo		Capital social	10.000
Ativo permanente		Lucros/ prejuízos acumulados	1.750
Total	12.850	Total	12.850

Este resultado mostra qual foi o desempenho da atividade da empresa obtido pela diferença entre o lucro bruto e as despesas operacionais e, no caso apresentado anteriormente, foi um resultado positivo, credor, ou seja, lucro ou superávit.

Podemos então encontrar um resultado negativo, devedor?

Sim, o resultado de uma empresa poderá ser negativo, devedor. Isso demonstra que, durante o período analisado, as despesas foram superiores às receitas, ou seja, a empresa apresentou prejuízo ou déficit.

Agora vamos a DLPA.

### 4.3 Demonstração do lucro ou prejuízo acumulado

Para se fazer o balanço patrimonial, é necessário também que se faça o encerramento das contas de resultado, elaborando-se, em seguida, em conjunto, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

Essa demonstração é um relatório resumido, que tem a ficha razão como elemento básico. Sua finalidade é demonstrar o que foi retido e distribuído





de lucro, os ajustes de exercícios anteriores e os saldos ainda não destinados, dentre outros.

#### **4.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Embora seja facultativa, ou seja, não obrigatória para a maioria das empresas, sua elaboração pode substituir a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, sendo exigida apenas para as companhias de capital aberto, financeiras, seguradoras e algumas outras empresas.

Seu principal objetivo é informar de forma resumida toda a movimentação ocorrida com as contas integrantes do patrimônio líquido da empresa. Considera o saldo inicial do exercício anterior até o saldo final deste exercício. Apresenta, pois, não apenas o desempenho positivo/negativo do lucro da empresa, mas, também, onde e o que ocorreu com as demais contas do patrimônio líquido. Tem como fonte base a ficha razão.

#### **4.5 Demonstração das origens e aplicações de recursos**

Embora não seja mais exigida pela legislação em vigor, a DOAR, como é conhecida, integra o rol das demonstrações que explicam as origens e aplicações dos fundos, assim como o fluxo de caixa, que têm significativa importância, na medida em que possibilitam aos sócios e investidores da empresa visualizar a variação do capital circulante líquido e todas as origens dessas variações.

Permitem, ainda, vislumbrar o grau de endividamento da empresa, se as dívidas serviram para financiar a distribuição de lucros ou financiar as operações de produção mediante a aquisição de equipamentos, ou se a empresa utiliza mais capital próprio ou de terceiros, ou ainda se seus investimentos são fáceis de serem negociados (fácil liquidez) ou se possuem dificuldades de negociações (baixa liquidez).

Tais informações contribuem sobremaneira para a tomada de decisões, quer seja do próprio corpo gerencial, quer dos sócios, quer dos futuros investidores.

#### **4.6 Balanço social**

Embora tenha origem recente, vem confirmar que, como uma ciência, a con-



tabilidade possui evolução própria permeada pela necessidade da sociedade. Pertence, pois, ao rol das demonstrações sociais e tornou-se obrigatório para algumas empresas a partir de 2007.

Segundo o portal <http://www.portaldecontabilidade.com.br/obras/balancosocial.htm>, balanço social é um conjunto de informações demonstrando atividades de uma entidade privada com a sociedade que a ela está diretamente relacionada, com objetivo de divulgar sua gestão econômico-social, e sobre o seu relacionamento com a comunidade, apresentando o resultado de sua responsabilidade social.

Embora simples, fornece duas informações relevantes: desempenho econômico e social da empresa perante a sociedade, além de evidenciar o seu relacionamento com a comunidade quanto ao aspecto da responsabilidade social.

Objetivamente, espera-se que ele possa fornecer um quadro de indicadores referente a determinado grupo social, antes produtores, e que agora se encontram elevados à condição de parceiros; e, que sirvam de instrumento para elaboração de políticas sociais que venham a beneficiar o maior número de pessoas desprovidas de meios de sobrevivência.

## 4.7 Demonstração do valor adicionado

De acordo com o conceito econômico apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a DVA

É o valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

Quando se entende que o desenvolvimento econômico de um país está diretamente relacionado com sua capacidade de gerar riquezas, percebe-se que o conceito de valor adicionado pode ser visto como essa medida de criação de valor.

Isto se deve ao fato de que o valor adicionado atende ao propósito de demonstrar, de forma quantitativa, o esforço produtivo de uma nação, servindo, inclusive, para avaliar seu desenvolvimento econômico e compará-lo ao de outras nações.





Contabilmente falando, a apuração do valor adicionado requer a mensuração das transações econômicas ocorridas dentro dos limites de uma empresa, ou seja, uma visão microeconômica. Como é um demonstrativo contábil, suas informações devem ser extraídas da escrituração, com base nas normas contábeis vigentes e tendo como base o princípio contábil da competência.

## 4.8 Notas explicativas

Apenas a apresentação de um relatório com números não é suficientemente capaz de expressar os dados de uma empresa. As notas explicativas servem para esclarecer o que, por ventura, os representantes da empresa acreditam ser relevante. As notas podem trazer dados passados, presentes e futuros.

Normalmente, apresentam os critérios de avaliação dos elementos patrimoniais e seus efeitos, quando da existência de mudança; apresentam as reavaliações facultativas efetuadas, especificando o ativo, os efeitos líquidos da reavaliação; financiamentos e empréstimos de longo prazo; composição de capital social; enfim, toda e qualquer informação que possa complementar o entendimento das demais demonstrações e que sejam relevantes para quem se interessar pelo balanço. Isso significa que as demonstrações financeiras devem ser complementadas com notas explicativas, elaboradas com o objetivo de destacar detalhes importantes, e prestar esclarecimentos adicionais sobre o desempenho da empresa, dados estes que não são visíveis pela simples leitura e análise das demonstrações financeiras apresentadas; porém, de suma importância para os agentes interessados na informação contábil.

### Atividade de Aprendizagem

Busque em jornais de sua região (ou estado) uma publicação dos relatórios contábeis.



### Resumo

Nesta aula, trabalhamos as questões relativas às demonstrações financeiras. Vimos que o balanço patrimonial representa uma fotografia da empresa em relação a um determinado momento. Você viu, também, que a demonstração de resultados do exercício é um relatório que nos permite apurar o resultado, o lucro ou o prejuízo da empresa que comporá o resultado do exercício no balanço patrimonial. Vimos, ainda que demonstração do lucro ou prejuízo acumulado é um relatório resumido que utiliza a ficha razão como elemento básico e cujo principal objetivo é mostrar as retenções de lucros, as distribuições dos lucros aos sócios, os ajustes de exercícios anteriores, além





dos saldos ainda não destinados etc.

Além desses relatórios descritos acima, aprendemos, também, sobre aqueles que não são obrigatórios. A demonstração das mutações do patrimônio líquido tem como objetivo principal informar, de forma resumida, toda a movimentação ocorrida com as contas integrantes do patrimônio líquido da empresa. A demonstração das origens e aplicações de recursos, a DOAR como é conhecida, integra o rol das demonstrações que explicam as origens e aplicações dos fundos, assim como o fluxo de caixa, que têm significativa importância, na medida em que possibilitam aos sócios e investidores da empresa visualizar a variação do capital circulante líquido e todas as origens dessas variações.

Aprendemos, ainda, sobre o balanço social, cujo objetivo é fornecer um quadro de indicadores referente a determinado grupo social, antes produtores, e que agora se encontram elevados à condição de parceiros. A demonstração do valor adicionado, por sua vez, apresenta a contribuição ao PIB. E, como apenas a apresentação de um relatório com números não é suficientemente capaz de expressar os dados de uma empresa, existem as notas explicativas, que servem para esclarecer o que, por ventura, os representantes da empresa acreditam ser relevante. As notas podem trazer dados passados, presentes e futuros.



## Atividade de Aprendizagem

1. O balanço patrimonial é uma demonstração estática que se destina a apresentar a situação patrimonial de uma empresa em determinado momento, ou seja, é como se fosse um retrato da empresa naquele momento.

De posse dos conhecimentos que você obteve na apostila, complete o quadro da estrutura do balanço patrimonial, explicando cada um dos itens e exemplificando-os com valores e contas. Lembre-se de que todo balanço tem que ter equilíbrio.

ATIVO	PASSIVO
Ativo circulante:	Passivo circulante:
Ativo realizável.	Passivo exigível
Ativo permanente:	Resultado de exercícios futuros:
	Patrimônio líquido:

E assim terminamos o nosso quarto encontro. A nossa disciplina encaminha-se para o final. Vamos para a nossa quinta e última aula? Eu o espero lá!



# Aula 5. Tributos e contribuições sociais

## Objetivo:

- reconhecer os principais tributos e contribuições sociais exigidos e aplicados nos lançamentos contábeis.

Caro estudante,

Primeiramente, é importante saber o conceito dado a tributo, conforme o Código Tributário Nacional, especificamente seu art. 3º, que será a base para todos os ensinamentos que virão a seguir, bem como explicitar quais são as espécies de tributos citadas no art. 5º.

Veja o que diz o artigo 3º:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 5º Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhorias (Código Tributário Nacional, 2003, p. 52).



**Figura 9**

Fonte: imagens.usp.br

A Constituição Federal de 1988 esclarece alguns pontos sobre os tributos dentro do art. 145, que vale a pena reforçar:



Art. 145º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos ou divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente no que conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Percebe-se que, dentre as espécies de tributos, nada foi dito quanto às contribuições sociais nos artigos que definem e classificam os tributos. Entretanto, o art. 149 vem esclarecer algumas dúvidas de competência para as contribuições sociais, bem como dar providências a respeito delas. Veja.

Art. 149 Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, respectivamente às contribuições a que alude o dispositivo.



Vá até o site [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) e acesse o *link* legislação. Você encontrará a Constituição Federal em vigor. Procure os artigos 153, 154, 155 e 156 que delimitam a área de atuação de cada ente da Federação, quanto ao seu poder de legislar sobre os impostos.

Como este curso não aborda diretamente o Direito Tributário, faremos apenas uma pequena explanação, apenas o necessário, sobre o conceito dos impostos e contribuições quando estes forem citados no texto, preocupando-se mais, com a parte da contabilização destes na empresa. Para que você possa interagir melhor com o conteúdo, que tal fazer uma pesquisa sobre este assunto? No endereço abaixo, você encontrará tudo sobre tributos.







## 5.1 Tributos municipais

### 5.1.1 ISSQN – Imposto sobre serviços de qualquer natureza

É o imposto arrecadado sobre o serviço de qualquer natureza, ou seja, o que caracteriza a cobrança do ISSQN, mais conhecido como ISS, é a prestação efetiva do serviço. É de competência exclusiva dos municípios e devido por empresas e por autônomos, desde que nestes não incidam outros impostos de instância superior.

A base de cálculo será o valor da nota fiscal, do recibo de pagamento autônomo ou a nota avulsa. O contribuinte é o prestador de serviços e o responsável pelo recolhimento é o tomador do serviço, podendo, em alguns casos, ser tal responsabilidade atribuída ao prestador de serviço, conforme legislação municipal.

Por ser um tributo de competência municipal e dado ao imenso número de municípios existentes no Brasil, para se ter um mínimo de uniformidade entre as legislações e para coibir a cobrança excessiva, o governo federal fixou uma alíquota máxima, mediante lei complementar no valor de 5%, embora não exista uma alíquota mínima.

Vale lembrar que este é apenas um dos muitos tributos que a prefeitura utiliza para arrecadar seus recursos. Dentre outros impostos municipais, um bem conhecido de toda a população é o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, o qual incide sobre a propriedade localizada na zona urbana.

### Atividade de aprendizagem

Procure junto à Secretaria da Fazenda de seu município o valor da alíquota do ISSQN.



## 5.2 Tributos estaduais

### 5.2.1 ICMS – Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações

O ICMS é um imposto de competência estadual e do Distrito Federal. Inicialmente, abrangia apenas a circulação de mercadorias, sendo ampliado pela Constituição Federal de 88, para prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal; e para os serviços de comunicações, energia





elétrica, combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e minerais. Em 1993, uma emenda constitucional acrescentou também a incidência do ICMS aos serviços de telecomunicações.

Segue o princípio da não cumulatividade, o que o torna um imposto sobre o valor agregado. Isso quer dizer que o contribuinte credita do imposto pago nas operações anteriores e recolhe o imposto pela diferença.

Assim, como vimos para os impostos municipais, o Estado tem ainda diversos outros impostos a arrecadar. Como estamos estudando apenas conceitos de alguns impostos, seria interessante você pesquisar outros, além destes, para enriquecer o seu aprendizado, como, por exemplo, o IPVA e os demais impostos que os contribuintes estão sujeitos a pagar.

## **5.3 Tributos federais**

Dentre os principais tributos federais, aplicados na contabilização e cujos aspectos conceituais estudaremos, se encontram o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e da Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL. Primeiramente, vamos ao IPI.

### **5.3.1 IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados**

O imposto sobre produtos industrializados é um imposto sobre a circulação econômica e passa a existir quando os bens são produzidos. Devemos lembrar que quem paga o IPI não é a empresa e sim o consumidor final, sendo a empresa apenas a responsável pelo recolhimento e pelo repasse dele ao governo.

Uma particularidade do IPI é que ele não tem uma alíquota fixa, pois, dependendo da essencialidade do bem, ela pode variar. Quanto mais essencial for o produto, menor será sua alíquota, podendo, inclusive, chegar a uma taxa zero.

Sua contabilização é bem fácil. Lembra-se de como foi feita a contabilização do ICMS? Pois bem, você pode utilizar o mesmo exemplo para registrar o procedimento de contabilização do IPI, utilizando a alíquota de 20% para fazer o lançamento.





### 5.3.2 Imposto de Renda Pessoa Jurídica

O imposto de renda pessoa jurídica, como o próprio nome explica, é um imposto que incide sobre a renda, sobre o faturamento, sobre o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos.

Tem como base de cálculo o montante real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis. Por montante real podemos entender como a disponibilidade jurídica ou econômica, adquirida durante o período de apuração.

#### Lucro Real

Trata-se de um conceito fiscal e não um conceito econômico, uma vez que existem divergências entre o entendimento apresentado pelo fisco e o conceito apresentado pela legislação comercial.

Estão obrigadas à apuração pelo regime do lucro real:

- empresas com receita total, no ano calendário anterior, superior ao limite de R\$48.000.000,00 ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 meses;
- empresas cujas atividades sejam bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamentos e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidores de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta; e
- demais empresas estabelecidas no art. 246 da Lei n 10.637/02.

#### Lucro presumido

Trata-se de um conceito tributário, assim como o lucro real, cuja finalidade é facilitar o pagamento do IR, sem ter que recorrer, necessariamente, à complexa apuração do lucro real. Consiste em presumir ou estimar o lucro que a empresa obterá no período de sua operacionalização, sendo um percentual sobre a receita bruta. Este percentual varia de atividade para atividade, ou seja, de acordo com o ramo de atividade empresarial sendo fixado por lei.

A alíquota geral é de R\$8% sobre a receita bruta, assim como para serviços



hospitalares e de transporte de carga, conforme lei 9.249/95. Para atividades provenientes de revenda, para consumo, de combustível e derivados do petróleo, álcool etílico carburante e gás natural, o percentual é de 1,6%. Para atividades de transporte, exceto o de carga, e para as prestadoras de serviços com receita bruta anual não superior a R\$120.000,00, ficou estabelecido o percentual de 16%.

O percentual de 32% é destinado a atividades de prestação de serviço em geral, intermediação de negócios e administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.

### **Lucro arbitrado**

O lucro arbitrado é de competência do Fisco, previsto para os casos em que a empresa não mantém escrituração na forma das leis comerciais e fiscais. Ocorre por diversos fatores, porque a fiscalização entendeu por bem desclassificá-la por optar por tributação indevida, ou porque a empresa não manteve sua escrituração correta.

Nestes casos, a autoridade fiscal arbitra o lucro da empresa e estipula a esta um percentual sobre a receita, com base no valor do ativo, do capital social, do patrimônio líquido, da folha de pagamento de empregados, ou no lucro auferido em outros períodos-base anteriores.

A contabilização será a mesma utilizada pelo lucro presumido e pelo lucro real.

### **Simples**

O imposto denominado Simples foi instituído para abranger as microempresas – ME e as empresas de pequeno porte – EPP e consiste em um regime de arrecadação unificado de tributos e contribuições.

Esta diferenciação de tratamento, por parte do Governo Federal justifica-se, pois as micros e pequenas empresas já representam 90% do PIB nacional, o que demonstra a sua importância na geração de empregos e renda. Este segmento ainda é responsável por 12% das exportações mundiais e 60% dos empregos gerados.

Implica em um recolhimento mensal e engloba os seguintes impostos e contribuições:



Acesse o site: [www.planalto.gov.br/legislacao](http://www.planalto.gov.br/legislacao) e veja os anexos da Lei 9.841/1999, bem como a Lei Complementar 123/2007.





- IRPJ;
- IPI, exceto o devido na importação;
- CSLL;
- Cofins, exceto o devido na importação;
- PIS/Pasep, exceto o devido na importação; e
- Contribuição para a seguridade social.

## 5.4 Contribuições sociais

As contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins foram instituídas, respectivamente, em 1970 e 1991, mediante lei complementar, incidindo sobre o faturamento da empresa e ambas destinando-se a financiar programas sociais do Governo.

A alíquota do PIS é de 1,65% e de 7,6% para a Cofins. Estes percentuais podem variar de acordo com o regime de tributação com que a empresa escolhe trabalhar, como vimos na seção anterior sobre imposto de renda.

### Resumo

Nesta aula, você pôde reconhecer os principais tributos e contribuições sociais exigidos e aplicados nos lançamentos contábeis.

Vimos que os tributos podem ser municipais, estaduais e federais.

Como tributos municipais, temos o ISSQN e o IPTU, dentre outros. Como tributos estaduais, tratamos do ICMS e do IPVA. Já, dentre os federais, conhecemos o IPI, o imposto de renda e as contribuições sociais.





## Atividade de Aprendizagem

1. Defina o que é tributo.

---

---

---

---

---

2. O imposto de renda pessoa jurídica divide-se em:

- IPI, lucro presumido, lucro real e simples
- Lucro presumido, simples, ICMS e ITR
- Lucro real, simples, lucro arbitrado e lucro presumido
- Pasp, CSLL, simples e lucro real

3. Faça um comentário, com no mínimo uma lauda, expondo o seu entendimento sobre o assunto abordado na aula 5.

E aqui chegamos ao final da nossa quinta aula. Espero que tenha aproveitado ao máximo a nossa aula. Siga em frente que tenho mais algumas palavras para você!



## Palavras Finais

Caro estudante,

Foi muito bom estar com você nessa nossa disciplina. Espero ter contribuído para a sua aprendizagem e para a sua formação de modo efetivo. É importante ressaltar que a aprendizagem não para, nem acaba aqui. Precisamos sempre estar em busca de novos desafios e conhecimentos. Fico na expectativa de que você aprofunde cada vez mais os seus conhecimentos, não só nessa área, mas em tudo o que for importante para a sua formação acadêmica e profissional. Precisamos lembrar que nem o melhor profissional do mundo em uma área qualquer tem todas as respostas. É preciso, mais do que tudo, saber buscar as respostas que a vida nos impõe.

Um grande abraço e bons estudos!





## Guia de Soluções

### Aula 1

Após ler o texto, aponte:

**1.** Quando surgiu a contabilidade.

*R: A partir do momento que percebeu que poderia guardar as provisões por mais dias, o homem passou a formar seu primeiro patrimônio e com isso surgiu também a contabilidade.*

*É possível dizer então que a contabilidade nasceu da própria civilização e da necessidade de o homem escriturar e quantificar os seus bens.*

**2.** Por que e para quem ela é importante?

*R: A contabilidade interessa não apenas às empresas que querem obter lucro (rentabilidade), mas também às que não têm finalidade lucrativa, pois todas são obrigadas a apresentar sua contabilidade, sempre que solicitadas pelos órgãos do Governo.*

*A contabilidade é igualmente importante para as pessoas físicas que são sócias ou acionistas, administradoras ou diretoras de uma empresa, bem como para os bancos e para o Governo.*

**3.** Pratique o seu aprendizado. Marque A para ativo e P para passivo

( P ) Títulos a pagar

( A ) Dinheiro no cofre da empresa

( A ) Contas a receber dos diretores

( P ) Ordenados a pagar

( A ) Terrenos

( P ) Empréstimos bancários a pagar

( A ) Equipamentos







( A ) Empréstimos concedidos a empregados

( A ) Patentes adquiridas

**4.** Procure *sites* da área contábil que apresentem a estrutura de um plano de contas e faça um pequeno comentário sobre o que você percebeu.

**5.** Marque, nas questões abaixo, apenas a alternativa correta

**a)** A contabilidade é uma ciência

( ) Exata

( ) Biológica

(X) Social aplicada

( ) Nenhuma das alternativa anteriores

( ) Todas as alternativas anteriores

**b)** A contabilidade interpreta os fenômenos que afetam

( ) situações patrimoniais

( ) situações financeiras

( ) situações econômicas

( ) nenhuma das alternativas anteriores

(X) todas as alternativas anteriores

**c)** Para quem a contabilidade é importante (6 pontos)

( ) apenas para o governo

( ) apenas aos sócios e acionistas

( ) apenas aos administradores



apenas aos bancos

nenhuma das alternativas anteriores

**d)** Sobre a evolução da contabilidade é correto afirmar que (6 pontos)

ela nasceu com as partidas dobradas de Lucca Paccioli no século XV.

ela nasceu da própria civilização e de sua necessidade de escriturar.

ela não foi influenciada pelo grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações durante os séculos XII a XIX.

no Brasil não sofreu desdobramentos decorrentes do desenvolvimento econômico do país.

a contabilidade é unânime e isolada das demais ciências.

## **Aula 2**

**1.** Defina bens intangíveis e exemplifique.

*R: São os bens que não possuem existência física, porém representam uma aplicação de capital indispensável aos objetivos da entidade.*

*EX.: conhecimento dos funcionários, ponto comercial*

**2.** Qual a equação matemática capaz de definir o valor do passivo de uma empresa?

*R: Ativo – Patrimônio Líquido = Passivo*

**3.** Qual é o princípio que reconhece o patrimônio como o objeto da contabilidade, afirmando sua autonomia patrimonial?

Continuidade

Entidade

Atualização monetária



( ) Oportunidade

( ) Competência

**4.** Defina o princípio da prudência.

*R: Determina a adoção do menor valor pra os componentes do ATIVO e do maior valor para o PASSIVO, sempre que se apresentarem alterações igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.*

**5.** Em relação ao plano de contas, é correto afirmar que:

( ) é utilizado pelo contador a seu bel prazer.

( ) não traz organização às contas usadas pela empresa.

( ) promove escrituração duplicada das transações.

(X) representa e assegura a uniformidade nos registros contábeis.

( ) impossibilita o auditor de compreender as transações.

**6.** Defina fatos permutativos e fatos modificativos.

*R: Fatos permutativos = os fatos ocorridos não modificam o PL da empresa, apenas os elementos do balanço.*

*Fatos modificativos = provocam alterações no PL da empresa, podendo ser aumentativos ou diminutivos.*

### **Aula 3**

**1.** Vamos colocar em prática o que você aprendeu? Faça o registro de lançamento das seguintes transações da empresa Bolo Fofa Ltda.

**a)** Compra de um apartamento onde irá funcionar a empresa, à vista R\$15.000,

**b)** Compra de móveis e utensílios, a prazo, para o escritório R\$3.000,





c) Impressão de folders de propaganda da empresa, à vista R\$ 500,

*Não se preocupe com o nome correto das contas, dê o nome que melhor identificá-la. À medida que formos avançando o conteúdo, você ficará familiarizado com eles.*

2. Assinale a alternativa correta que representa a equação básica da contabilidade.

- ativo = passivo exigível = patrimônio líquido
- ativo + passivo exigível – patrimônio líquido
- ativo + passivo exigível + patrimônio líquido
- ativo – passivo exigível – patrimônio líquido
- todas estão erradas.

3. Complete os quadros abaixo, seguindo as convenções estudadas sobre débito e crédito (7 pontos)

Título da Conta	
Lado esquerdo	
Débito	
Qualquer conta do ativo	
Débito	Créditos
\$ aumentos	\$ diminuições

4. Monte o balancete de verificação da Empresa Monte Verde, mediante os dados abaixo e apresente os saldos das contas credoras e devedoras. (9 pontos)

Caixa – 200,

Banco – 10.000,

Capital social – 100.000

Contas a pagar – 200,



Estoque – 80.000,

Duplicatas a pagar – 30.000,

Contas a receber – 50.000,

Despesas de salários – 15.000,

Salários a pagar – 5.000,

Móveis e utensílios – 20.000,

Títulos a pagar – 40.000,

Contas	Saldos devedores	Saldos credores
Caixa	200,	
Bancos – conta movimento	10.000,	
Contas a receber	50.000,	
Estoque de mercadorias	80.000,	
Despesas de salário	15.000,	
Móveis e utensílios	20.000,	
Capital social		100.000,
Salários a pagar		5.000,
Duplicatas a pagar		30.000,
Títulos a pagar		40.000,
Outras contas a pagar		200,
	175.200,	175.200,

## Aula 4

1. O balanço patrimonial é uma demonstração estática que se destina a apresentar a situação patrimonial de uma empresa em determinado momento, ou seja, é como se fosse um retrato da empresa naquele momento.

De posse dos conhecimentos que você obteve na apostila, complete o quadro da estrutura do balanço patrimonial, explicando cada um dos itens e exemplificando-os com valores e contas. Lembre-se de que todo balanço tem que ter equilíbrio.

ATIVO	PASSIVO
Ativo circulante:	Passivo circulante:
Ativo realizável.	Passivo exigível
Ativo permanente:	Resultado de exercícios futuros:
	Patrimônio líquido:



## Aula 4

1. Defina o que é tributo.

*R: É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou em cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituído em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.*

2. O imposto de renda pessoa jurídica divide-se em:

( ) IPI, lucro presumido, lucro real e simples

( ) Lucro presumido, simples, ICMS e ITR

( X ) Lucro real, simples, lucro arbitrado e lucro presumido

( ) Pasep, CSLL, simples e lucro real

3. Faça um comentário, com no mínimo uma lauda, expondo o seu entendimento sobre o assunto abordado na aula 5.

Resposta de cunho individual.



## Referências

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 13. ed. ver. – São Paulo: Saraiva, 2007.

ÁVILA, Carlos Alberto. **Gestão Contábil para contadores e não contadores**. Curitiba: Ibpex, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado federal, Subsecretária de Edições Técnicas 2002.

\_\_\_\_\_. **Código Tributário Nacional**: mini / obra coletiva. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei nº6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/legislacao>> Acesso em: 30 abr. 2008.

DAL MOLIN, Beatriz Helena et al. **Mapa referencial para construção de material didático para o Programa e-Tec Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2008. 73 p.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Direito tributário aplicado**: impostos e contribuições. São Paulo: Atlas, 2006.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade Básica**. 2 ed. – São Paulo: Harbra, 1993.

<http://amigonerd.net/humanas/administracao/trabalho-de-analise-de-demonstrativos>. Acesso em: 13 maio 2015.

<http://books.google.com.br/books?id=CiUoTvFdQs4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR>. Acesso em: 13 maio 2015.

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/obras/balancosocial.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

[http://www.totvs.com/mktfiles/tdiportais/helponlineprotheus/portuguese/ctbr150\\_balanco\\_patrimonial.htm](http://www.totvs.com/mktfiles/tdiportais/helponlineprotheus/portuguese/ctbr150_balanco_patrimonial.htm). Acesso em: 13 maio 2015.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade introdutória**. 9 ed. – São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Introdutória**. 10 ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

MACHADO Jr., José Teixeira, REIS, Heraldo da Costa. **A lei 4.320 comentada**. 32. ed. ver. atual. Rio de Janeiro, IBAM, 2008.

MELIS, F. **Storia della ragioneria** – contributo alla conoscenza e interpretazione delle fonti più significative della storia econômica. Dott. Cesare Zuffi – Editore. Bologna: Itália,



1950

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Curso básico de Contabilidade Pública**.ed. Brasília, 2006.

NEVES, Silvério das. VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 15. ed. ver. e atual. – São Paulo: Frase Editora, 2007.

OLIVEIRA, Gideão P. **Teoria Contábil**. Apostila FACCI. 2004.

PAULSEN, Leandro. MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 3. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2007.

PINTO, João Roberto Domingues. **Imposto de Renda, Contribuições Administradas pela Secretaria da Receita Federal e Sistema Simples**: incluindo procedimentos fiscais e contábeis para encerramento do ano-calendário de 2007. 16. ed. rev. atual. amp. Porto Alegre: Scan. 2008.

REZENDE. Vanessa Martins de. **Teoria da Contabilidade**. Apostila IBEP. 2006.







## Currículo da Professora-autora



**Fabrícia Coelho de Freitas Zanetti** é Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis de Itabirito, especialista em Direito Tributário pela PUC Minas e especialista em Planejamento Tributário, Gestão e Auditoria Tributária, com Docência Superior pela Universidade Tuiuti do Paraná e mestranda em Engenharia Mineral pela Universidade Federal de Ouro Preto. Dentro do Instituto Federal Minas Gerais – Campus Ouro Preto, atuou como Coordenadora de Horários e Provas, Gestora de Contratos, Coordenadora de Planejamento, Diretora de Administração e Planejamento e atualmente trabalha no setor de Empreendedorismo do Campus. Trabalha com EAD para os cursos de Serviços Públicos e cursos de Hospedagem, lecionando Contabilidade Pública e Tesouraria I e II e Marketing Pessoal e Ética Profissional, respectivamente.



